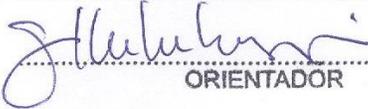


ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A REDAÇÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR ...*Mariana Rocha*...
.....*Camargos*..... E APROVADA
PELA COMISSÃO JULGADORA EM ..31/07/2012

ORIENTADOR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
DEPARTAMENTO DE ENERGIA**

Mariana Rocha Camargos

Análise do uso do modelo *Global Reporting Initiative* para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil

Mariana Rocha Camargos

Análise do uso do modelo *Global Reporting Initiative* para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Planejamento de Sistemas Energéticos.

Orientador: Gilberto de Martino Jannuzzi

Campinas, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

C14a Camargos, Mariana Rocha
Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do relatório de sustentabilidade das empresas de energia elétrica no Brasil / Mariana Rocha Camargos. --Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Gilberto de Martino Jannuzzi.
Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica.

1. Sustentabilidade. 2. Indicadores. 3. Energia elétrica. I. Jannuzzi, Gilberto de Martino, 1955-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Mecânica. III. Título.

Título em Inglês: Analysis of the use of the Global Reporting Initiative model for sustainability reporting by electricity utilities in Brazil

Palavras-chave em Inglês: Sustainability, Indicators, Electric power

Área de concentração: --

Titulação: Mestra em Planejamento de Sistemas Energéticos

Banca examinadora: Arnaldo Cesar da Silva Walter, Muriel de Oliveira Gavira

Data da defesa: 31-07-2012

Programa de Pós Graduação: Engenharia Mecânica

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
DEPARTAMENTO DE ENERGIA

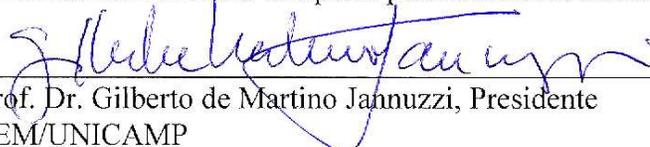
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO

Análise do uso do modelo *Global Reporting Initiative* para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil

Autor: Mariana Rocha Camargos

Orientador: Gilberto de Martino Jannuzzi

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta Dissertação:



Prof. Dr. Gilberto de Martino Jannuzzi, Presidente
FEM/UNICAMP



Prof. Dr. Arnaldo Cesar da Silva Walter
FEM/UNICAMP



Profª. Drª. Muriel de Oliveira Gavira
FCA/UNICAMP

Campinas, 31 de julho, 2012

Dedico este trabalho ao meu pai, Marcelo, minha inspiração, meu ídolo, meu maior incentivador e a pessoa que tornou tudo isso possível.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, aos melhores pais deste mundo. Obrigada pelo apoio de sempre, por serem pessoas fantásticas, de quem me orgulho imensamente. Agradeço à mamãe pela alegria enorme que traz a todos a sua volta e ao papai, pela serenidade e sabedoria. Obrigada por terem tornado a minha vida tão tranquila e cheia de amor.

Agradeço ao Ro, meu amor, pelo cuidado, incentivo, dedicação, e por todos os momentos tão felizes.

Agradeço à Nessinha, meu maior exemplo de força, por ser a primeira amiga da minha vida – e, até hoje, uma das melhores.

À Marina e sua família linda, que, por tantas vezes, me acolheram como se eu fosse de casa.

Agradeço ao Rodolfo, pela amizade, carinho, apoio, inspiração e longas conversas no IEL.

À Fabiana, pela sua “mineirice” e competência. E a todos os funcionários do NIPE, que foram sempre tão queridos.

Aos amigos da Unicamp, minha segunda família, os responsáveis por terem feito dos últimos anos, os melhores da minha vida. Com destaque, agradeço: à Ligia, pelo enorme coração; ao Henrique, pela sempre-alegria; ao Bruce, por toda dedicação; ao Mathaeus, pela linda poesia; ao Luiz, por gostar da “cabeção”; ao Deivid, o amigo invisível; ao Gustavo, por toda mal-criação; e à Giseli, que foi sempre tão incrível; ao Ramos, que esteve sempre comigo; à Juju, por ser a mais cuidadosa; ao Assis, por ser o melhor amigo; e à Thai, tão querida e carinhosa.

Obrigada também a todos os amigos de BH e São José, que estão comigo há tanto tempo.

Ao professor Paulo Sérgio de Oliveira, que me ajudou a enxergar um caminho diferente.

A todos os professores que já passaram pela minha vida e me deram de presente um pouquinho do seu conhecimento.

Agradeço, enfim, ao professor Gilberto Jannuzzi, pela confiança, por ter me aceito como aluna e por todas as oportunidades incríveis, que jamais vou esquecer. Obrigada por ter me dado a chance de aprender com alguém que eu tanto admiro.

*"Todo abismo é navegável
a barquinhos de papel"
(Guimarães Rosa)*

RESUMO

Na tentativa de atender à preocupação crescente com os impactos provocados pelas atividades das organizações, diversas empresas começaram a publicar relatórios de sustentabilidade corporativos. O setor elétrico brasileiro, seguindo uma tendência mundial, tem a grande maioria de suas companhias utilizando a estrutura da *Global Reporting Initiative* (GRI) como um modelo para elaboração do relatório de sustentabilidade. Neste contexto, buscou-se avaliar como as empresas brasileiras de energia elétrica têm utilizado as diretrizes da GRI. Verificou-se se os princípios estabelecidos pela GRI foram obedecidos na elaboração do relatório, se as empresas utilizaram as diretrizes de maneira homogênea e se as exigências da agência reguladora – ANEEL – influenciaram no conteúdo do relatório GRI. Foram, ainda, entrevistados profissionais da área de Responsabilidade Social Corporativa de algumas das empresas avaliadas, na tentativa de entender a importância estratégica dos relatórios de sustentabilidade, bem como os motivadores para o uso do modelo GRI. Os resultados apontam para uma heterogeneidade entre os conceitos de sustentabilidade adotados, a escolha de indicadores e a qualidade da informação entre os relatórios de diferentes companhias. É também observada grande influência da ANEEL no conteúdo dos relatórios GRI. As entrevistas com os profissionais demonstram grande preocupação das empresas com a imagem que transmitem às partes interessadas e destacam o papel fundamental do relatório de sustentabilidade na criação de um canal de comunicação entre a empresa e o público.

Palavras chave: Indicadores de Sustentabilidade – Responsabilidade Social Corporativa – Global Reporting Initiative – Energia elétrica – Relatórios de Sustentabilidade

ABSTRACT

In an effort to attend to the growing concern about the social and environmental impact of organizational activities, several companies have begun to publish corporate sustainability reports. Brazilian power sector, following a worldwide trend, has the great majority of its companies using the Global Reporting Initiative (GRI) framework as a model for sustainability reporting. In this context, we assessed how Brazilian electricity utilities are using GRI guidelines. We verified if the principles established by GRI were obeyed in preparing the report, if the companies used the guidelines in a homogeneous way and if the requirements of the regulatory agency – ANEEL – influenced the content of the GRI report. We also interviewed Corporate Social Responsibility professionals of some of the companies studied in an attempt to understand the strategic importance of sustainability disclosure, as well as the motivators for the use of GRI by these companies. The results showed that the adopted sustainability concept, the choice of indicators and the quality of the information reported is very variable among the companies. It was also observed the great influence of the regulator agency in the content of the GRI reports. The interviews showed that the companies are concerned about the image they transmit to the stakeholders and highlight the role of the sustainability reports in creating a communication channel between the company and the stakeholders.

Keywords: Sustainability Indicators – Corporate Social Responsibility – Global Reporting Initiative – Electricity – Sustainability Reports

Lista de figuras

Figura 1.1 - Distribuição de companhias brasileiras, por setor, que utilizam a GRI.....	3
Figura 1.2 – Descrição da metodologia da análise	6
Figura 2.1 - Oferta interna de energia elétrica por fonte.....	23
Figura 2.2 - Linha do tempo da responsabilidade socioambiental no ambiente regulatório do setor elétrico	26
Figura 3.1 - Distribuição dos indicadores GRI por dimensões.....	37
Figura 3.2 - Descrição das exigências para cada nível de aplicação GRI.....	39
Figura 4.1 - Resultado da Análise dos Relatórios.....	43
Figura 4.2 - Número de indicadores econômicos GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras selecionadas.	48
Figura 4.3 - Número de indicadores ambientais GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras selecionadas.	49
Figura 4.4 - Número de indicadores sociais (Práticas Trabalhistas) GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório.	50
Figura 4.5 - Número de indicadores sociais (Direitos Humanos) GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório.....	51
Figura 4.6 - Número de indicadores sociais (Sociedade) GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório.	52
Figura 4.7 - Número de indicadores GRI sociais (Responsabilidade pelo Produto), essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório.....	53
Figura 4.8 - Indicadores GRI do suplemento setorial (Setor Elétrico) utilizado pelas distribuidoras selecionadas	54
Figura 4.9 - Porcentagem de indicadores GRI utilizados pelas distribuidoras em cada dimensão	55
Figura 4.10 - Total de indicadores GRI utilizados pelas distribuidoras	55
Figura 4.11 – Distribuição do nível de utilização dos indicadores que possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL.....	56
Figura 4.12 – Distribuição do nível de utilização dos indicadores que não possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL.....	57
Figura 4.13 - Pontuação geral dos relatórios de sustentabilidade de cada empresa	62

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 - Definições de Desenvolvimento Sustentável	11
Tabela 2.2 - Consumo residencial de eletricidade por região (%).....	22
Tabela 4.1- O conceito de sustentabilidade segundo a GRI e segundo as empresas	45
Tabela 4.2 - Critérios de avaliação dos Relatórios	59
Tabela 4.3 - Pontuação detalhada das empresas	61
Tabela 5.1 - Perfil dos profissionais entrevistados	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	1
1.2	O RELATO DA SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENERGIA ELÉTRICA	2
1.3	OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO	3
1.4	METODOLOGIA	4
1.5	ESCOPO DO TRABALHO	7
2	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO SETOR ELÉTRICO	9
2.1	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	9
2.2	MEDINDO A SUSTENTABILIDADE	12
2.3	A SUSTENTABILIDADE NO AMBIENTE EMPRESARIAL: RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	16
2.3.1	– Índices e Padrões de Sustentabilidade Utilizados pelas Organizações	18
2.4	A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	21
2.4.1	A Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro	21
2.4.2	A reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro	24
2.4.3	A responsabilidade socioambiental no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro	25
2.5	A DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NESTA DISSERTAÇÃO	28
3	A ESTRUTURA DE RELATÓRIOS DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)	30
3.1	A GRI: DEFINIÇÃO E OBJETIVOS	30
3.2	HISTÓRICO	31
3.3	A ESTRUTURA DE RELATÓRIOS GRI	32
3.3.1	As Diretrizes para Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade	33
3.3.2	Os Protocolos de Indicadores	35
3.3.3	Os Níveis de Aplicação da GRI	38
3.3.4	Os Suplementos Setoriais	39
3.4	OS PONTOS POSITIVOS	40
3.5	LIMITAÇÕES E CRÍTICAS	41
4	ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	43
4.1	ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS GRI	44
4.1.1	Contexto da Sustentabilidade	44
4.1.2	Equilíbrio	46
4.1.3	Comparabilidade	47
4.1.4	Clareza	47
4.2	NÚMERO DE INDICADORES DE CADA DIMENSÃO UTILIZADOS POR EMPRESA	47
4.2.1	Indicadores Econômicos	48
4.2.2	Indicadores Ambientais	49
4.2.3	Indicadores Sociais	50
4.2.4	Indicadores do Suplemento do Setor Elétrico	53
4.2.5	Total de Indicadores	54

4.3	NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES GRI E COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DA ANEEL	56
4.4	AVALIAÇÃO DAS EMPRESAS.....	58
4.5	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	63
5	ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS.....	65
5.1	RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM AS EMPRESAS	66
5.1.1	<i>Motivações da escolha do modelo GRI.....</i>	<i>66</i>
5.1.2	<i>Público a que se destina o Relatório de Sustentabilidade</i>	<i>67</i>
5.1.3	<i>Importância do Relatório de Sustentabilidade para a empresa</i>	<i>68</i>
5.1.4	<i>Uso dos indicadores GRI</i>	<i>69</i>
5.1.5	<i>Verificação externa e índices de sustentabilidade.....</i>	<i>70</i>
5.1.6	<i>Uso unificado GRI e Relatório Socioambiental da ANEEL</i>	<i>71</i>
5.2	ENTREVISTA COM O JORNALISTA DAL MARCONDES	72
5.3	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	73
6	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	75
6.1	CONCLUSÕES	75
6.2	RECOMENDAÇÕES.....	78
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
	APÊNDICE A – COMPARAÇÃO ENTRE INDICADORES GRI E ANEEL.....	85
	APÊNDICE B – NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE CADA INDICADOR GRI	89

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, eram poucas as empresas que exploravam a noção de negócio sustentável e se preocupavam com os impactos de longo-prazo de suas operações no meio ambiente e na sociedade. Vinte anos depois, na realização de uma nova Conferência das Nações Unidas, a Rio+20, o que se observa é uma situação bastante distinta: as empresas, ao redor do mundo, demonstram reconhecer a grande importância e urgência dos desafios globais nas dimensões ambiental, social e econômica (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2012).

Os vinte anos que separam as duas conferências serviram de palco para uma preocupação crescente com os impactos sociais e ambientais causados pelas atividades das organizações. Os diferentes públicos influenciados pelas atividades dessas empresas passam a cobrar maior responsabilidade e transparência, exigindo a medição e a divulgação de suas práticas em sustentabilidade. Na tentativa de dar um retorno a estes anseios, o que se vê é que a contabilidade e os relatórios financeiros tradicionais não são capazes de fazer a mensuração adequada desses impactos, levando à necessidade de relatórios mais amplos (YONGVANICH, 2006). Buscando atender a essa necessidade e considerando a crescente importância da responsabilidade socioambiental corporativa, diversas companhias começaram a publicar relatórios de sustentabilidade corporativos, que integram em seu conteúdo a prestação de contas sobre temas econômicos, sociais e ambientais. Esta atividade tem sido vista como uma maneira de as companhias gerenciarem as impressões que tem o público das operações da organização para que se possa estabelecer ou manter a legitimidade organizacional (HEDBERG, 2003).

A emergência de tais práticas de relatoria tem sido acompanhada por numerosas tentativas ao longo dos anos de padronizar essas técnicas, sendo a *Global Reporting Initiative* (GRI) a pioneira no estabelecimento de um padrão internacional para relatórios não financeiros (SKOULOUDIS, 2010). A GRI é a estrutura mais conhecida para o relato voluntários dos desempenhos ambiental e social de empresas e diversas organizações ao redor do mundo. Foi estabelecida em 1997 por um número de companhias e organizações que pertenciam à Coalizão pela Economia Ambientalmente Responsável (CERES), com a missão de desenvolver diretrizes voluntárias e globalmente aplicáveis para o relato dos desempenhos ambiental, social e econômico, inicialmente para corporações e eventualmente para qualquer negócio ou organização governamental ou não governamental (LAMBERTON, 2005).

Segundo Hedberg (2003), o principal motivo da escolha do modelo GRI pelas companhias é a expectativa de aumentar a credibilidade do relatório socioambiental, assim como o fato de a GRI fornecer um modelo para a criação de um relatório.

1.2 O relato da sustentabilidade nas empresas brasileiras de energia elétrica

Dentre as empresas que sofrem grande pressão de grupos de partes interessadas para se tornarem ambientalmente responsáveis, as empresas de energia elétrica se destacam, por estarem em um setor classificado como indústria sensível. Isto porque, ao mesmo tempo em que esse setor funciona como um motor do desenvolvimento econômico, ele produz um nível alto de impactos ambientais e sociais (BRAGA, 2011). Isto talvez possa explicar o porquê de, no Brasil, uma quantidade considerável das companhias que utilizam a estrutura GRI pertencerem ao setor energético. Como se vê na Figura 1.1, o setor energético é responsável por 25% do total de empresas brasileiras que publica relatórios baseados no modelo GRI.

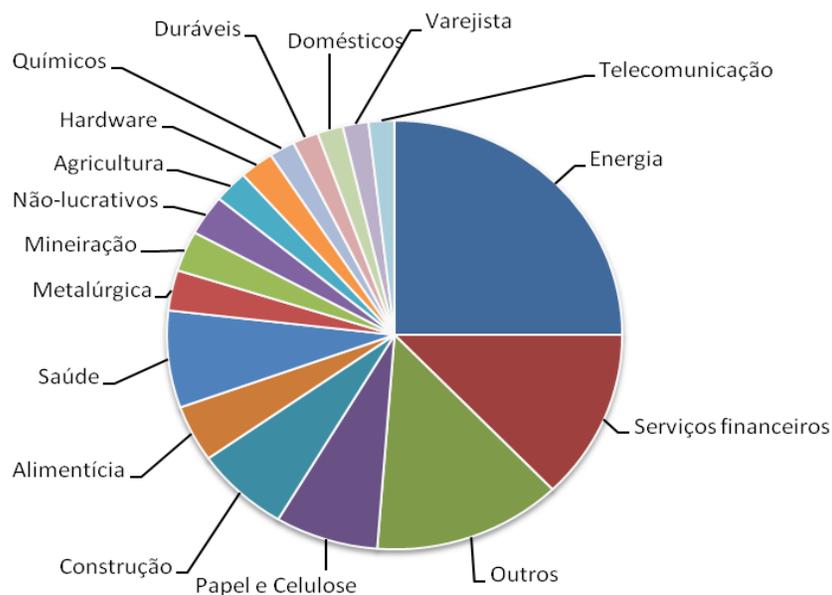


Figura 1.1 - Distribui o de companhias brasileiras, por setor, que utilizam a GRI (Adaptado de GRI, 2011)

No caso das empresas de energia elétrica, além dos indicadores GRI, são utilizados nos relatórios de sustentabilidade os indicadores presentes no Manual da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para elabora o do “Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”, uma exigência da agência reguladora desde 2006. Neste Manual, descrito mais detalhadamente no Capítulo 2, a ANEEL afirma que o modelo proposto se trata de um padrão mínimo a ser adotado pelas companhias, ficando a cargo destas a escolha de um modelo mais abrangente, como   o caso do GRI.

1.3 Objetivos da disserta o

Levando em considera o o fato de que   uma exigência da ANEEL a divulga o de um relatório socioambiental por parte das empresas de energia elétrica e que as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* foram escolhidas como modelo para o relatório de sustentabilidade

pela grande maioria das companhias, o objetivo da presente dissertação foi analisar como essas diretrizes têm sido utilizadas por essas empresas.

Para isto, foi verificado se os princípios estabelecidos pela GRI foram obedecidos durante a elaboração do relatório, se as empresas utilizaram as diretrizes de maneira homogênea e se as exigências da ANEEL influenciaram no conteúdo do relatório GRI.

Como um objetivo secundário, buscou-se entender os motivadores do uso expressivo do modelo GRI pelas empresas brasileiras de energia elétrica e discutir se o modelo é adequado para a realidade do setor.

1.4 Metodologia

Foi conduzida uma pesquisa exploratória e qualitativa, que usou uma combinação de dados primários e secundários. Analisaram-se os relatórios de sustentabilidade disponíveis nos sites das empresas selecionadas e realizaram-se entrevistas semiestruturadas com profissionais da área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

Foram avaliadas neste estudo somente as empresas de energia elétrica. As empresas selecionadas para terem seus relatórios analisados foram aquelas membro de pelo menos uma das seguintes associações: Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE), Associação Brasileira das Transmissoras de Energia Elétrica (ABRATE) e Associação Brasileira das Geradoras de Energia (ABRAGE). Isso porque as empresas participantes destas associações respondem por quase a totalidade da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no território brasileiro. Foram consideradas apenas as empresas que, até o ano de 2010, já tinham publicado pelo menos dois relatórios no modelo GRI. Destas, utilizou-se somente as empresas em cujo relatório encontrava-se o índice remissivo da GRI, item fundamental, que caracteriza um

relatório feito neste modelo. Quando se tratava de companhias pertencentes a uma mesma *holding*, analisou-se o relatório geral da *holding*, que continha informações sobre todas empresas por ela abrangidas ¹. As empresas consideradas no estudo foram, portanto, as seguintes:

Tabela 1. 1- Empresas consideradas no estudo

Empresa
AES
CELPE
CEMIG
COELBA
COSERN
CPFL
ELEKTRO
ELETROBRÁS
ENDESA
LIGHT
REDE
TRACTEBEL

Após a seleção das empresas, foi feita a leitura dos relatórios publicados por estas em 2011 (referentes ao ano de 2010²). Posteriormente, analisaram-se, em cada relatório, os aspectos ilustrados na Figura 1.2.

¹ Uma exceção é o Grupo NEOENERGIA, que controla as empresas COELBA, CELPE e COSERN. Neste caso, não havia um relatório único para o grupo. Foram, assim, analisados, em separado, os relatórios das três empresas.

² Com exceção da REDE, que, no momento da análise, ainda não havia publicado o relatório. Por este motivo, foi analisado o relatório de 2009.

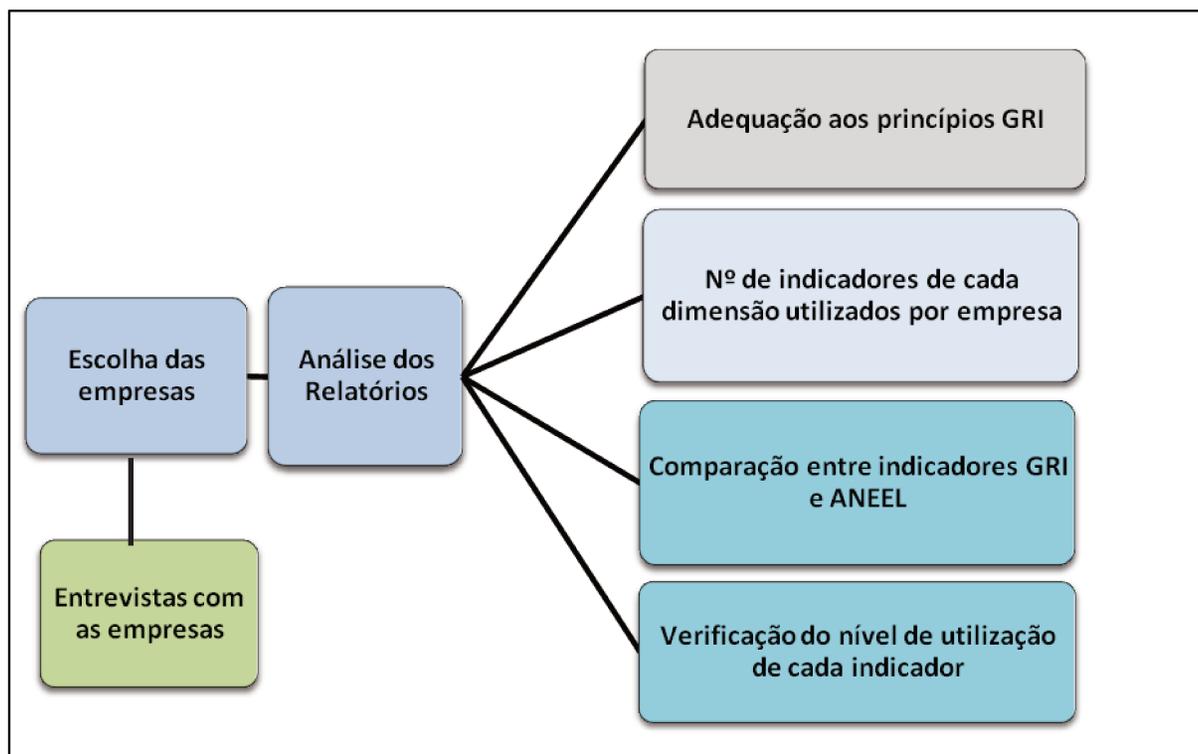


Figura 1.2 – Descrição da metodologia da análise

Foi verificado se, na elaboração do relatório de sustentabilidade, as empresas obedeceram aos princípios da GRI (descritos mais adiante, nas seções 3.3.1.1 e 3.3.1.2). Esta análise permitiu verificar se as diretrizes GRI foram bem utilizadas pelas empresas.

Através da comparação entre o número de indicadores GRI utilizados em cada relatório, foi verificado se havia uniformidade na maneira que as diretrizes GRI foram utilizadas.

Para constatar se o Manual da ANEEL tinha influência na escolha dos indicadores pelas empresas, analisaram-se quais indicadores GRI possuíam um indicador correspondente no Manual e, em seguida, verificou-se o nível de utilização de cada indicador GRI.

Através de critérios que serão detalhados no Capítulo 5, concluiu-se a análise separando as empresas em três grupos, de acordo com a qualidade de seus relatórios.

Paralelamente, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelos relatórios de sustentabilidade de algumas das empresas consideradas. Estas entrevistas tiveram como objetivo esclarecer as motivações dessas empresas em utilizar o modelo GRI e entender a importância do relatório de sustentabilidade para a companhia. Foi entrevistado, ainda, um jornalista que estuda temas relacionados à responsabilidade socioambiental empresarial, para que pudesse ser conhecida uma visão mais crítica a respeito dos relatórios de sustentabilidade.

1.5 Escopo do trabalho

Além do presente capítulo introdutório, o trabalho está dividido em outros quatro capítulos.

No segundo capítulo da dissertação serão apresentados os conceitos de básicos de “Desenvolvimento Sustentável” e dos indicadores utilizados para mensurá-lo. Esse capítulo trata ainda da sustentabilidade no ambiente empresarial, através do conceito de “Responsabilidade Social Corporativa”. É caracterizado, então, o setor de energia elétrica no Brasil, para, em seguida, ser traçado um panorama da responsabilidade socioambiental no setor. É apresentado, ainda, neste capítulo, o “Manual para Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”, publicado pela ANEEL, que dá as diretrizes para a elaboração do Relatório Socioambiental e lista uma série de indicadores que devem ser utilizados pelas empresas de energia elétrica.

O terceiro capítulo apresenta uma descrição da estrutura de relatórios GRI, que é o padrão mais utilizado pelas empresas de energia. São apresentados os objetivos da organização, as diretrizes para elaboração para o relatório de sustentabilidade, bem como os princípios que as empresas devem seguir na elaboração do relatório. Ao final, é feita uma análise do modelo, ressaltando seus pontos positivos, bem como as limitações e críticas.

O quarto e principal capítulo apresenta o resultado da análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas selecionadas. Verifica-se se os princípios da GRI são obedecidos na elaboração do relatório de sustentabilidade. São apresentados gráficos que mostram a quantidade de indicadores GRI de cada dimensão (econômica, ambiental e social) que cada companhia utilizou, bem como o nível de utilização de cada indicador. São ainda indicados quais indicadores são coincidentes com os indicadores da ANEEL e analisa-se se estes indicadores são os mais escolhidos pelas empresas. Por fim, os relatórios das empresas são avaliados baseados em nove critérios e classificados em três grupos, de acordo com sua qualidade: relatórios bons, medianos e ruins.

O quinto capítulo apresenta o resultado de entrevistas realizadas com profissionais da área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa. Estas entrevistas buscaram entender o uso da GRI pelas empresas, bem como os motivos que levaram à escolha deste modelo e a importância estratégica do relatório de sustentabilidade para a empresa. É também apresentada a entrevista com o jornalista Dal Marcondes, que apresenta uma visão crítica a respeito dos relatórios de sustentabilidade.

O sexto e último capítulo apresenta a conclusão da dissertação.

2 Indicadores de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa no Setor Elétrico

2.1 O Desenvolvimento Sustentável

O termo *desenvolvimento sustentável* é relativamente recente. Sua origem está no debate internacional sobre o conceito de *desenvolvimento*. As primeiras discussões foram travadas pelo Clube de Roma, uma associação de cientistas políticos e empresários preocupados com questões globais. Incentivado pelo Clube de Roma, surgiu, em 1972, o conhecido relatório de Donella Meadows, “*The Limits to Growth*”, ou “Limites para o Crescimento”. Esta publicação rompeu com a ideia predominante de crescimento contínuo da sociedade industrial, destacando a existência de limites para a exploração dos recursos naturais. No mesmo ano da publicação deste relatório, foi realizada uma conferência sobre o meio ambiente, em Estocolmo, capital da Suécia, que ressaltava que a maioria dos problemas relacionados ao meio ambiente ocorria em escala global e se acelerava de forma exponencial (VAN BELLEN, 2005).

Uma das primeiras vezes em que se utilizou o termo “desenvolvimento sustentável” foi durante a Estratégia de Conservação Mundial, realizada pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), em 1980. Naquele momento, discutiu-se a ideia de que os seres humanos deveriam reconhecer os recursos naturais como finitos, cabendo-lhes, portanto, a responsabilidade de conservá-los para garantir desenvolvimento contínuo e a manutenção da vida (MOLDAN, 2011).

Na publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” (também conhecido como “Relatório Brundtland”) pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, foram sugeridos novos caminhos na busca por soluções globais. Neste relatório, surgiu uma das mais conhecidas e bem aceitas definições para o desenvolvimento sustentável: trata-se do

desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes, sem que, no entanto, se comprometa a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Esse conceito foi apropriado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como RIO-92 ou ECO-92) realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Nesta ocasião, foi aprovado um documento de quarenta capítulos conhecido como Agenda 21, que estabeleceu um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o século seguinte. Esse documento consolidou a ideia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente deveriam constituir um binômio indissolúvel, que pudesse promover a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações do final do século XX: o direito ao desenvolvimento, sobretudo para os países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e de riqueza; e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações (MMA, 2011).

A formalização do termo “desenvolvimento sustentável” se deu no ano de 2002, na realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul. Uma das novidades desta conferência em relação à RIO-92 foi uma participação mais expressiva do setor privado, criando parcerias e influenciando políticas. Mostrou-se, assim, que governos e instituições multilaterais reconhecem, cada vez mais, o papel crucial do setor privado no desenvolvimento sustentável. Com seu histórico de inovação, o setor privado é capaz de buscar soluções para diversas questões que deverão ser enfrentadas nas próximas décadas, como o suprimento de água e de energia limpas (UNEP, 2002).

Na conferência de Johannesburgo, foi definida ainda a noção de que a sustentabilidade somente poderia ser atingida através do tripé sociedade, meio ambiente e economia, como o simbolizado pelo próprio lema da conferência: *pessoas, planeta e prosperidade* (MOLDAN, 2011).

A partir de então, conceitos e princípios de desenvolvimento sustentável têm sido desenvolvidos como tentativa de ampliar a visão do desenvolvimento tradicional, alicerçado numa perspectiva de crescimento sem a adequada consideração dos efeitos sobre a qualidade de vida, a ecologia e as habilidades das futuras gerações (SIENA, COSTA e OLIVEIRA, 2007).

Para Sachs (2004), o desenvolvimento não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o futuro das sociedades humanas e a evolução da biosfera. Para o autor, o desenvolvimento, para ser sustentável, deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo. Guimarães (1997) chama atenção para a necessidade de se compreender as dimensões e critérios da sustentabilidade. O autor discute a existência das dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política da sustentabilidade.

Existem diversas definições oficiais de “desenvolvimento sustentável”. A tabela a seguir, adaptada de Cartwright (2000), contém as definições mais comumente encontradas.

Tabela 2.1 - Definições de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Brundtland	Desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades
Governo do Reino Unido	Garantir uma qualidade de vida melhor para todos, agora e para as gerações seguintes.
UNEP	Melhorar a qualidade de vida, vivendo sempre dentro da capacidade de carga suportada pelos ecossistemas.
ICLEI	Desenvolvimento que fornece serviços básicos ambientais, sociais e econômicos a todos os moradores de uma comunidade, sem que se ameace a viabilidade dos sistemas dos quais cada um desses serviços dependem.

Adaptado de Cartwright (2000)

É interessante observar que o significado do termo “desenvolvimento sustentável” pode variar bastante, apesar de o sentido fundamental ser basicamente o mesmo (BELL & MORSE, 2008). No entanto, não se pode afirmar que haja um consenso sobre o que significa “desenvolvimento sustentável” e de como implementá-lo, por se tratar de um tema complexo, circunscrito num contexto de busca de respostas que satisfaçam os requisitos de uma relação equilibrada entre sociedade humana e natureza (CAMARGO, 2005).

Apesar de hoje o desenvolvimento sustentável ter se tornado uma meta bem aceita pela sociedade, necessita-se que o progresso atual e as tendências futuras possam ser mensurados através de ferramentas confiáveis, para que se possa saber onde devem ser concentrados os esforços. Ainda que haja numerosos estudos e o entendimento dos desafios à sustentabilidade seja crescente, muito ainda é desconhecido e muito pouco é quantificado. Os tomadores de decisões e a população necessitam de princípios que estabeleçam uma base comum para que se possa medir a sustentabilidade. Indicadores apropriados são, deste modo, imprescindíveis, pois permitirão comparações entre as escalas local, regional, nacional e global.

2.2 Medindo a Sustentabilidade

Segundo Meadows (1998), todos utilizamos, de maneira intuitiva, indicadores que sejam capazes de monitorar sistemas complexos com os quais nos preocupamos. Os indicadores são parte fundamental do fluxo de informações que utilizamos para entender o mundo, tomar decisões e planejar nossas ações. Devem ser entendidos como reflexos parciais da realidade, baseados em modelos incertos e imperfeitos. Isto porque somos capazes de criar somente modelos mentais, baseados em nossa personalidade, cultura, linguagem, treinamento e experiência. Os indicadores surgem de valores, mas também são responsáveis pela criação destes: medimos o que nos é importante e nos importamos com o que medimos.

Indicadores são capazes de fornecer informações de forma mais quantitativa que palavras ou quadros isolados. Eles sugerem uma métrica que permite a mensuração de alguns aspectos de políticas públicas, como o desempenho de uma determinada política (HAMMOND, 1995). No entanto, há indicadores, muitas vezes igualmente importantes, que somente podem ser medidos de maneira qualitativa (MEADOWS, 1998).

Meadows (1998) afirma, ainda, que indicadores podem ser ferramentas de mudança, aprendizado e propaganda. Sua presença, ausência ou proeminência são capazes de influenciar comportamentos. Isto os torna tão importantes quanto perigosos, pois estão situados no centro do processo de tomada de decisões. Ações são tomadas dependendo da discrepância entre o estado desejado e o estado percebido do sistema. Este último trata-se de um indicador, passível de erros. Isto porque, frequentemente, os indicadores são escolhidos de maneira inadequada.

Os processos de escolha e uso dos indicadores podem estar sujeitos a diversas falhas, como a utilização de um nível alto de agregação de dados, o que pode tornar uma informação indecifrável. A opção de medir o que é mensurável, ao invés do que é importante, é também um erro comum. Um indicador pode ser atrasado, confuso ou tendencioso (intencionalmente ou não). O uso de indicadores inadequados pode levar a uma tomada de decisões pouco efetiva. Não podemos conduzir corretamente se não sabemos onde estamos (MEADOWS, 1998).

Segundo Meadows (1998), bons indicadores devem: possuir valores e conteúdos claros, possuir um nível adequado de agregação, ser politicamente relevantes, ser factíveis, possuir escala apropriada, ser democráticos e participatórios, incluir o que as pessoas não conseguem medir por conta própria, ser hierárquicos, estar em uma unidade física, prover informações a tempo para que possam ser tomadas decisões, e experimentais (capazes de incorporar aprendizado). Harger e Meyer (1996) definem como bons indicadores aqueles que são simples; mensuráveis; sensíveis a mudanças; acessíveis; capazes de permitir identificação de tendências a tempo, para que sejam tomadas decisões; e que possuam um escopo suficientemente abrangente, porém com o mínimo de sobreposição entre as três dimensões da sustentabilidade. Segundo Cartwright (2000), quando indicadores significativos e exatos são utilizados, há maior probabilidade de que as pessoas

participem de iniciativas do governo e do setor privado e de que haja uma mudança no comportamento individual.

As Nações Unidas reconheceram o papel fundamental que os indicadores poderiam desempenhar ajudando os países a tomar decisões fundamentadas em relação ao desenvolvimento sustentável. No capítulo 40 da Agenda 21, enfatiza-se a necessidade do desenvolvimento de “indicadores de sustentabilidade”, como uma tentativa de fornecer uma base sólida que possa orientar o processo de tomada de decisões por parte dos governos e de contribuir para a sustentabilidade de ambientes integrados e de sistemas de desenvolvimento (RAMETSTEINER, 2009).

Os indicadores de sustentabilidade surgem como uma forma de buscar responder à questão mais básica do desenvolvimento sustentável: *como fornecer qualidade de vida a todas as pessoas, obedecendo às regras e limites do ambiente biofísico?* Estes indicadores não são imediatamente óbvios, pois, somente recentemente, a insustentabilidade das ações humanas têm se tornado aparente. São necessários indicadores nunca antes utilizados (MEADOWS, 1998). Portanto, encontrar um conjunto apropriado de indicadores de desenvolvimento sustentável para uma comunidade, região, um país, ou para o mundo não é uma tarefa fácil. É necessário o conhecimento do que é importante para a viabilidade dos sistemas envolvidos e como isto pode contribuir para o desenvolvimento sustentável (BOSSEL, 1999).

Indicadores ambientais, como a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera ou as reservas estimadas de combustíveis fósseis, são utilizados há algum tempo. Meadows (1998) destaca, contudo, que um indicador ambiental torna-se um indicador de sustentabilidade com a adição de tempo, limite ou meta. Isto porque entre as questões a serem respondidas por esses indicadores estão: O quanto uma determinada atividade pode durar? Até quando podem ser tomadas providências antes que a situação se torne crítica? Quão longe estamos de atingirmos o limite?

Segundo Rametsteiner (2011), mais do que descreverem as condições atuais e tendências, os indicadores criam um entendimento sobre o funcionamento de sistemas humanos e ambientais. Eles sugerem a natureza e a intensidade do elo entre diferentes componentes dos sistemas estudados e oferecem uma melhor compreensão sobre como as ações humanas afetam diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, ambiental e social).

Indicadores de sustentabilidade são utilizados pelas autoridades para monitorar o próprio progresso, já que podem fornecer informações sobre os avanços em direção ao desenvolvimento sustentável. Assim, considerando-se que indicadores similares são utilizados, eles podem fornecer um mecanismo para que sejam feitas comparações entre autoridades locais similares (CARTWRIGHT, 2000).

A identificação, mensuração e aplicação de indicadores apropriados, portanto, estão entre os principais desafios enfrentados na criação de políticas e na busca por soluções pelos diversos setores envolvidos com a questão da sustentabilidade.

Devido à complexidade dos sistemas humanos, econômicos e naturais, surge o questionamento sobre quantos indicadores são necessários para gerar um quadro fiel à realidade. Bell e Morse (2008) alegam que, como não é possível utilizar todos os indicadores disponíveis, é essencial um elemento de simplificação. Este elemento deve ser capaz de maximizar as informações relevantes. Algumas ferramentas foram criadas na tentativa de superar este desafio, agregando diversos indicadores e funcionando como elementos de simplificação na mensuração da sustentabilidade. Destacam-se: O Método da Pegada Ecológica (*Ecological Footprint Method*), o Painel de Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*), o Barômetro da Sustentabilidade (VAN BELLEN, 2004) e os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE (IBGE, 2010).

2.3 A Sustentabilidade no ambiente empresarial: Responsabilidade Social Corporativa

Nas duas últimas décadas, o público, os governos, os clientes e as demais partes interessadas têm demonstrado uma consciência crescente das consequências sociais e ambientais das atividades humanas em geral, particularmente as resultantes das operações comerciais. Como resultado, é crescente a expectativa do público para que as companhias assumam suas responsabilidades social e ambiental e ajustem suas práticas de negócios, de modo a mitigar os impactos negativos de suas operações e, ao mesmo tempo, contribuir para as comunidades nas quais operam (JUHOLIN, 2004). As pesquisas nesta área demonstram que, de fato, muitas companhias estão respondendo a essas demandas e implementando diferentes iniciativas de sustentabilidade em suas atividades. Observa-se ser decorrente disso tendências positivas, como o número crescente de companhias que têm tomado iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa e o crescimento no número de estruturas e diretrizes desenvolvidas para dar suporte aos esforços das companhias em se tornarem mais sustentáveis (GRASBOIS, 2012).

Responsabilidade Social Corporativa (*Corporate Social Responsibility – CSR*) pode ser definida, basicamente, como o compromisso voluntário de uma empresa em contribuir para metas ambientais e sociais. A responsabilidade ambiental está implícita nesta definição, embora a palavra “ambiente” não apareça no acrônimo CSR (LYNES, ANDRACHUK, 2008). Segundo Carrol (1999), a responsabilidade social dos negócios engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem de uma organização em um determinado momento.

Os critérios para a Responsabilidade Social Corporativa são difíceis de serem definidos, porque – à parte das obrigações legais – podem ser bastante subjetivos: o que é responsável para uma empresa, pode ser irresponsável para outra. Não existem padrões absolutos de responsabilidade corporativa e eles podem mudar de acordo com a cultura, geração e com a sociedade em questão (JUHOLIN, 2004).

Por serem as empresas grandes centros de poder econômico e político, que interferem diretamente na dinâmica social, considera-se que, quando estas organizações assumem causas sociais, devolvem à sociedade parte dos recursos humanos, naturais e financeiros que consumiram na busca pelo lucro (SCHROEDER, SCHROEDER, 2004). No entanto, segundo o Instituto Ethos (2005), a questão da responsabilidade social deve ir além de simples atitudes filantrópicas, como doações financeiras ou materiais. Trata-se da relação ética e socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, políticas, práticas e relações.

Segundo Grasbois (2012), as partes interessadas (ou *stakeholders*³) não apenas demandam das empresas a implementação de práticas responsáveis, mas exigem que seja disponibilizado o acesso a informações sobre o escopo e a eficácia das iniciativas adotadas de responsabilidade social. Os relatórios de sustentabilidade, que integram em seu conteúdo a prestação de contas sobre questões ambientais, sociais e econômicas, surgem neste contexto, funcionando como uma ferramenta de diálogo com as partes interessadas. Estas informações são frequentemente usadas no processo de tomada de decisão pelos investidores, governos e clientes. Assim, segundo Juholin (2004), o conceito de Responsabilidade Social Corporativa também inclui a transparência das empresas, bem como a consideração com as vontades e expectativas das partes interessadas. Segundo a autora, as companhias funcionam melhor quando os seus interesses são conciliados com o dos *stakeholders*.

Segundo Cowan et. al. (2010), a sustentabilidade pode ser vista como oportunidade para negócios. De acordo com o autor, os seguintes motivos servem de incentivo para que algumas empresas tomem ação no sentido de se tornarem mais responsáveis: o receio da legislação futura, a redução da probabilidade de possíveis riscos e incidentes, potencial de economia de custos,

³ *Partes interessadas ou Stakeholders* são aqueles que influenciam ou são influenciados, de alguma maneira, pelas atividades de uma organização. Como exemplo, pode-se citar: clientes, funcionários, fornecedores, comunidade, ambiente e sociedade como um todo.

vantagem competitiva, proteção da reputação, melhoria da imagem corporativa, pressão da comunidade, e expectativas dos *stakeholders*.

2.3.1 – Índices e Padrões de Sustentabilidade Utilizados pelas Organizações

O processo de globalização da economia, o avanço e o alinhamento de conceitos, conteúdos e indicadores no campo da Responsabilidade Social Corporativa têm levado entidades, estudiosos e especialistas a buscar uma padronização, propondo modelos de relatoria e índices de sustentabilidade. A seguir, são descritos os índices mais utilizados pelas empresas:

Accountability – AA1000: A norma, que tem o desafio de ser o primeiro padrão internacional de gestão da responsabilidade socioambiental, foi lançada em 1999 pelo ISEA - Institute of Social and Ethical Accountability, uma organização não-governamental com sede em Londres. Esta organização, desde 1995, tem o objetivo de ajudar corporações, organizações sem fins lucrativos e governos a incorporar a responsabilidade ética, ambiental, social e governança em seu ambiente organizacional. A norma AA1000 enfatiza o diálogo entre empresas e partes interessadas e o engajamento destas partes para a tomada de decisão, além de buscar viabilizar a sustentabilidade econômica, social e ambiental da organização.

Índice Dow Jones de Sustentabilidade – DJSI: Lançado em 1999, os índices Dow Jones de Sustentabilidade são os primeiros índices globais de monitoramento do desempenho financeiro das principais empresas orientadas à sustentabilidade em todo o mundo. As empresas são selecionadas a partir de um amplo questionário, que avalia o seu desempenho nas dimensões ambiental, social e econômica. O índice serve como referência para os investidores que

consideram a sustentabilidade em suas carteiras e fornecem uma plataforma de engajamento efetivo para as empresas que desejam adotar práticas mais sustentáveis (DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES, 2012).

Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE: O ISE é um índice criado pela BOVESPA, em 2005, que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial. Tais ações são selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA em termos de liquidez, e são ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação. Desta forma, o ISE tem por objetivo atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (ISE, 2012).

Pacto Global: Idealizado pelas Nações Unidas, o Pacto Global é uma iniciativa política estratégica para as corporações que se comprometeram a alinhar suas estratégias e operações com dez princípios universalmente aceitos em quatro áreas: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Trata-se da maior iniciativa de responsabilidade corporativa, com mais de 9.000 signatários em 140 países. Lançada no ano 2000, a missão do Pacto Global das Nações Unidas é avançar na prática de responsabilidade corporativa globalmente, reconhecendo que negócios responsáveis podem sustentar economias para um crescimento mais sustentável e inclusivo (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2012).

Oito objetivos do Milênio: No ano 2000, em uma assembleia geral das Nações Unidas, 189 nações fizeram se comprometeram a erradicar extrema pobreza do planeta. Este compromisso deu origem aos “Oito objetivos do Milênio”, a serem atingidos até 2015. Em 2010, o compromisso foi

reafirmado e o mundo se comprometeu a acelerar o progresso em direção a esses objetivos (OBJETIVOS DO MILÊNIO, 2012).

IBASE: No Balanço Social, publicado anualmente, as empresas reúnem um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. Trata-se de um instrumento estratégico para avaliar e promover o exercício da responsabilidade social corporativa. Segundo o IBASE, a principal função do Balanço Social é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente (IBASE, 2012).

Indicadores do Instituto ETHOS: Os Indicadores Ethos foram desenvolvidos com o propósito de oferecer às empresas uma ferramenta de gestão para o diagnóstico e planejamento das práticas de responsabilidade social empresarial, disponíveis desde 2000 e atualizados ao longo dos anos. Trata-se de uma ferramenta de uso essencialmente interno, que permite a autoavaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do desempenho geral da empresa (ETHOS, 2012).

Global Reporting Initiative – GRI: A GRI é uma organização sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade econômica, ambiental e social. A GRI oferece às organizações uma estrutura de confecção de relatórios de sustentabilidade que é amplamente utilizada em todo o mundo. O objetivo da GRI é padronizar os relatos de sustentabilidade, fornecendo orientação e apoio às organizações. A descrição completa da estrutura de relatórios GRI pode ser vista no Capítulo 3.

2.4 A Responsabilidade Socioambiental no Setor Elétrico Brasileiro

Segundo Braga (2011), vários fatores, internos ou externos, podem influenciar no nível de divulgação ambiental das empresas nos diversos setores econômicos. Dentre os fatores que determinam a decisão por divulgar dados socioambientais, estão os aspectos de gestão da empresa, a cultura desta, o sistema jurídico e o contexto institucional do país onde a empresa está situada.

As empresas de energia elétrica brasileiras são exemplo de um grupo que sofre grande pressão de diferentes partes interessadas para que se tornem socioambientalmente responsáveis, pois são classificadas como uma indústria sensível. Isto porque, ao mesmo tempo em que o setor elétrico é considerado o motor do desenvolvimento econômico, produz diversos impactos ambientais, tanto na construção de usinas hidroelétricas, como na operação de usinas termelétricas e nucleares (BRAGA, 2011).

A seguir, é descrita a estrutura do setor elétrico brasileiro para, em seguida, ser traçado um panorama de como ele se relaciona com a responsabilidade socioambiental.

2.4.1 A Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro

Pereira et al. (2010) afirmam que 97% da população brasileira têm acesso à energia elétrica segura e regular. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Brasil conta com mais de 61,5 milhões de unidades consumidoras de eletricidade, das quais 85% são residenciais (ANEEL, 2006). Segundo o Balanço Energético Nacional (EPE, 2011), o consumo residencial em 2010 respondeu por 23,8% do consumo total de eletricidade no país.

O consumo de eletricidade é distribuído de maneira desigual pelo território brasileiro, como ocorre em toda a América Latina. Somente a região Sudeste, segundo o Balanço Energético Nacional 2011, é responsável por mais de 50% do consumo residencial de eletricidade (EPE, 2011). As outras regiões, apesar de terem apresentado algum crescimento nos últimos anos, são responsáveis por uma parcela consideravelmente menor do consumo (Tabela 2.2). Soma-se a isso o fato de que cada região geográfica brasileira apresenta características muito peculiares, que irão determinar os contornos atingidos pelos sistemas de geração, transmissão e distribuição (ANEEL, 2008).

Tabela 2.2 - Consumo residencial de eletricidade por região (%)

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Norte	5,1	5,3	5,2	5,2	5,0	5,1	5,2	5,3	5,2	5,6
Nordeste	14,8	15,0	15,6	15,8	16,2	16,3	16,3	17,3	17,7	18,6
Sudeste	55,7	54,9	54,8	54,7	54,7	54,7	54,6	53,9	53,3	52,4
Sul	17,3	17,5	17,0	16,8	16,7	16,4	16,5	16,2	16,1	15,8
Centro-oeste	7,2	7,4	7,4	7,5	7,4	7,6	7,5	7,4	7,4	7,6

Fonte: EPE 2011

Em 2010, ano base do último Balanço Energético Nacional, a capacidade instalada das centrais de geração elétrica do Brasil alcançou 113.327 MW, somando as centrais de serviço público e as autoprodutoras (EPE, 2011).

O Brasil apresenta uma matriz de geração elétrica de origem predominantemente renovável, sendo a geração hidráulica responsável por 74% da oferta (Figura 2.1). Este valor é contrastante com o restante do mundo, onde apenas 15,6% da eletricidade provém de usinas hidrelétricas. Somando as importações, que essencialmente são de origem renovável, pode-se afirmar que aproximadamente 85% da eletricidade no Brasil é gerada através de fontes renováveis – sem contar que parte da geração térmica é originada da biomassa.

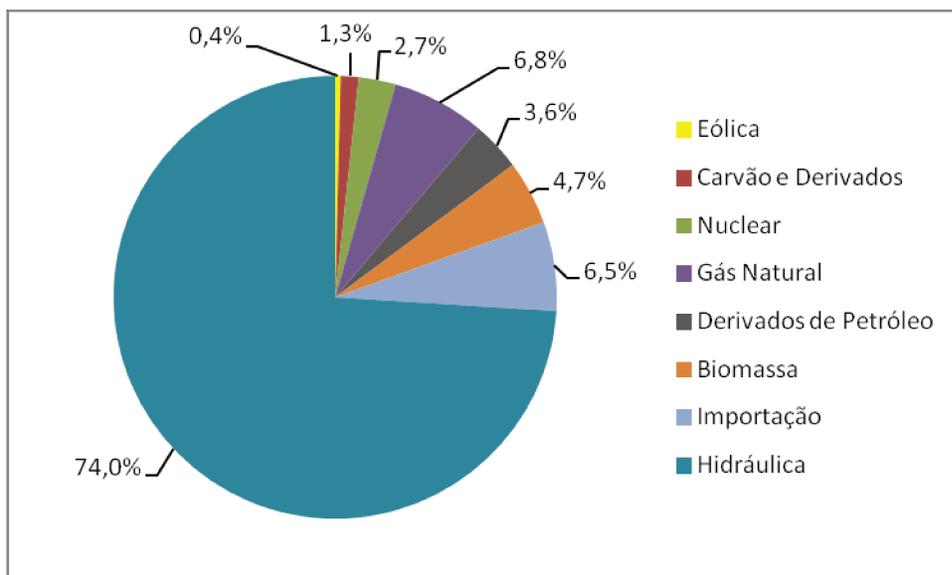


Figura 2.1 - Oferta interna de energia elétrica por fonte *Fonte: EPE (2011)*

Segundo Marreco e Carpio (2006), a dominância hidrelétrica representa uma vantagem para a sociedade brasileira, por se tratar de uma energia abundante e renovável. Por outro lado, o sistema torna-se altamente dependente das condições hidrológicas. Para mitigar esse risco, é necessária capacidade térmica instalada para suprir a demanda em períodos de seca. As plantas térmicas representam, assim, uma flexibilidade operacional ao sistema.

Pelo fato de ser um país de dimensões continentais, geração e transmissão de energia elétrica no Brasil são feitas através do Sistema Interligado Nacional (SIN), que abrange a maior parte do território do país. Este sistema permite a troca de energia entre diferentes regiões e conecta o território pela adição ao sistema de uma capacidade instalada virtual 25% maior que a soma das plantas isoladas. Faz-se necessária uma operação coordenada para que se obtenha um efeito sinérgico. A Operadora Nacional do Sistema (ONS) é a responsável por esta operação, que otimiza os custos e garante um custo mínimo de operação (MARRECO e CARPIO, 2006). O SIN se estende pelas regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Em 2008, o SIN possuía aproximadamente 900 linhas de transmissão, somando 89,2 mil quilômetros (ANEEL, 2008).

Os sistemas não conectados ao SIN são chamados de Sistemas Isolados e se concentram principalmente na região Amazônica, onde as características geográficas dificultam a construção de linhas de transmissão de grandes extensões que possam ser conectadas ao SIN (ANEEL, 2008).

A conexão e o atendimento ao consumidor, independente do porte, são realizados pelas distribuidoras de energia elétrica. Além delas, cooperativas de eletrificação rural e entidades de pequeno porte, transmitem e distribuem energia elétrica exclusivamente para os associados. O mercado de distribuição de energia elétrica é formado por 63 concessionárias, cujo controle acionário pode ser estatal ou privado. As distribuidoras são empresas de grande porte e formam o elo entre o setor de energia elétrica e a sociedade, visto que suas instalações recebem das companhias de transmissão todo o suprimento destinado ao abastecimento do país. Os direitos e obrigações dessas companhias são estabelecidos no Contrato de Concessão celebrado com a União para a exploração do serviço público em sua área de concessão, e o cumprimento desse contrato é fiscalizado pela ANEEL. O objetivo da Agência Reguladora é assegurar ao consumidor o pagamento de um valor justo e o acesso a um serviço contínuo e de qualidade. A ANEEL também tem como objetivo garantir às distribuidoras o equilíbrio econômico-financeiro necessário ao cumprimento do Contrato de Concessão (ANEEL, 2008).

2.4.2 A reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro

Os anos 1990 funcionaram como um divisor de águas para o setor elétrico brasileiro, trazendo mudanças profundas a sua estrutura, comportamento e desempenho. A década foi marcada por uma tendência de redução da presença do Estado na economia. A privatização e o desregulamento do setor elétrico tinham como objetivo aumentar sua eficiência. O processo de reestruturação setorial foi conduzido de modo a maximizar os valores das companhias a serem privatizadas, em paralelo com a redução das obrigações das concessionárias. No entanto, esta

movimentação levou a uma nova regulação, e não ao desregulamento, além de renovar o papel normativo do Estado, ao invés de reduzi-lo (PEREIRA et al., 2010).

A criação da ANEEL, em 1996, foi fundamental no estabelecimento de regras de mercado, levando a um redirecionamento das funções do estado, no primeiro turno das reformas. Na segunda fase da reforma, que começou em 2003, o planejamento da expansão considerou a crise enfrentada em 2001 e encorajou investimentos na expansão de linhas de transmissão e em plantas que incluísse fontes renováveis de energia, como pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e eólica. Assim, a primeira fase das reformas setoriais foi guiada pelo ideal de Estado mínimo, enquanto no segundo ciclo de reformas as ações foram no sentido de manutenção do estado regulador (PEREIRA et al., 2010).

2.4.3 A responsabilidade socioambiental no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro

O setor elétrico brasileiro, embora tenha passado por profundas mudanças de controle de capital, além das exigências e regulamentações, tem se destacado na promoção e divulgação de investimentos socioambientais (CALIXTO, 2008).

A função estratégica do setor elétrico, como prestador de um serviço essencial à população e propulsor do desenvolvimento econômico e industrial do país justifica a incorporação, ao longo dos anos, de valores de responsabilidade social no arcabouço legal brasileiro. A Figura 2.2 destaca alguns instrumentos legais que demonstram a existência, ao longo dos anos, da preocupação com as questões socioambientais no setor elétrico brasileiro (ANEEL, 2006).

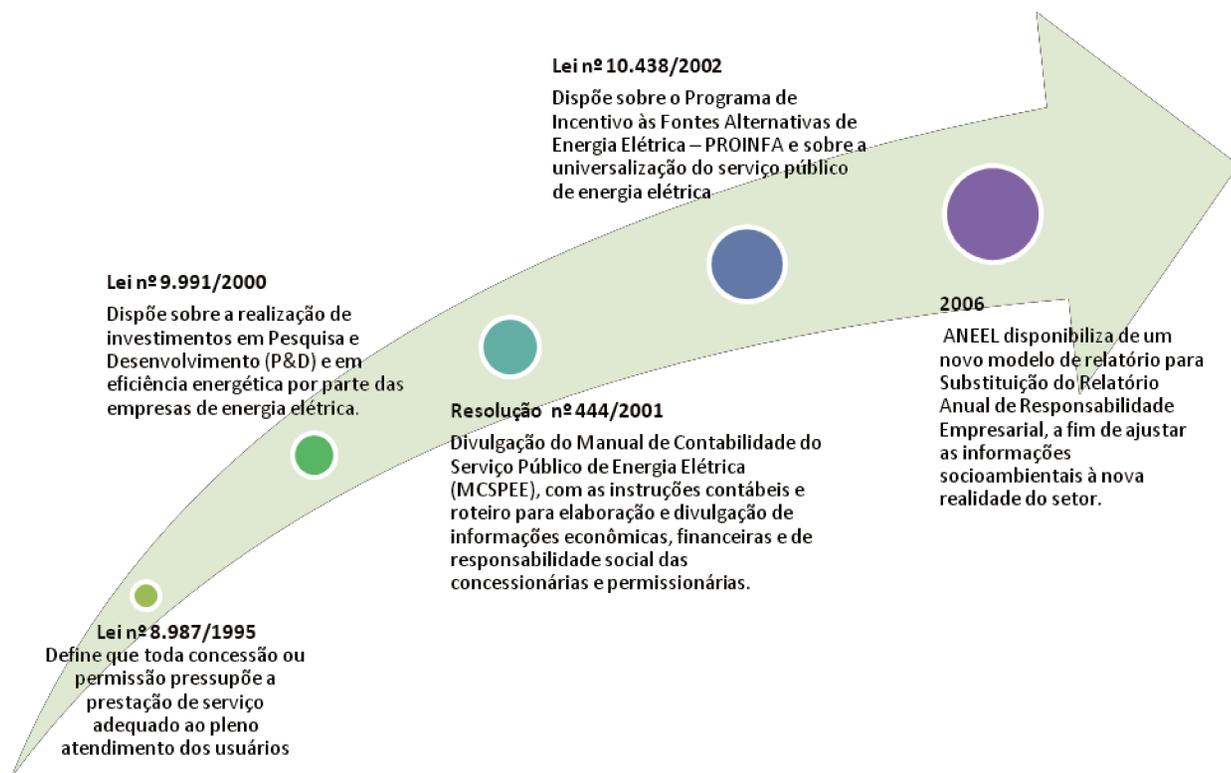


Figura 2.2 - Linha do tempo da responsabilidade socioambiental no ambiente regulatório do setor elétrico
Fonte: ANEEL, 2006.

Em conformidade com as orientações do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSPEE), instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e alterações posteriores, o Setor Elétrico elaborava, desde 2002, o Relatório de Responsabilidade Empresarial, baseado nos indicadores do Instituto Ethos. As questões vividas pelo setor nos últimos anos, como universalização dos serviços, eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento e fontes alternativas de energia, levaram a ANEEL a iniciar, em 2004, um processo de análise sobre o Relatório, buscando aprimorá-lo e adaptá-lo a essa nova realidade.

Segundo a ANEEL, na análise dos relatórios da época, constataram-se problemas como: ausência de preenchimento integral dos campos, especialmente os dedicados aos indicadores ambientais; não aderência integral ao modelo; falta de uniformidade; ausência de indicadores e campos destinados às novas políticas do setor; desigual estágio de engajamento das

concessionárias em questões relacionadas à responsabilidade social; distorções nos valores das Demonstrações de Valor Adicionado – DVA.

Assim, é publicado em 2006 um manual que tem como objetivo apresentar o novo modelo de relatório, que passa a ser denominado “Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”.

Segundo a ANEEL, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental tem por objetivo principal:

“ser um instrumento de demonstração das políticas e ações específicas do setor de energia elétrica, que evidencie sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, mediante incorporação do conceito de um serviço público socialmente responsável.”

Em 2008, a divulgação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental passa a ser obrigatória. Segundo o Manual, o modelo apresentado é um padrão mínimo a ser elaborado. Fica a critério da empresa, elaborar seus relatórios com base em padrões mais abrangentes, como é o caso da estrutura GRI (apresentada no capítulo 3), desde que as dimensões citadas no manual sejam contempladas e que sejam abordados indicadores e informações com as especificidades do setor elétrico.

A estrutura proposta pela ANEEL é dividida em cinco partes, denominadas dimensões:

- Dimensão Geral
- Dimensão Governança Corporativa
- Dimensão Social
- Dimensão Setorial
- Dimensão Ambiental

Cada dimensão deve contemplar descrições de atividades e indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos, propostos pelo Manual. A ideia é que este relato seja suficiente para fornecer uma visão ampla, consistente e consolidada de questões de responsabilidade socioambiental do setor elétrico. O Manual dá instruções específicas para cada dimensão e propõe diversos indicadores relevantes para o setor elétrico. É também exigida pela ANEEL a publicação, anexo ao Relatório Socioambiental, do Balanço Social, conforme modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.

2.5 A definição de desenvolvimento sustentável nesta dissertação

Segundo Juholin (2004), quando se considera o tripé da sustentabilidade, para que uma empresa seja sustentável, ela deve ser financeiramente segura, minimizar – ou, idealmente, eliminar – os impactos ambientais negativos, e agir em conformidade com as expectativas da sociedade.

Uma vez que o objetivo da dissertação é avaliar como a sustentabilidade tem sido abordada no meio corporativo, acredita-se que o conceito de sustentabilidade deve passar pela responsabilidade das companhias com os meios natural e social nos quais ela está inserida.

A utilização de recursos deve estar dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas. Isto porque uma empresa depende dos serviços proporcionados pelos ecossistemas saudáveis e, para que suas atividades sejam mantidas, é necessária a manutenção destes recursos, bem como sua utilização consciente. A responsabilidade social também deve estar presente no conceito de sustentabilidade, uma vez que o bom funcionamento de uma empresa depende da boa condição de vida das pessoas que dependem dela e das quais ela depende, como clientes e funcionários.

Sendo assim, o conceito de sustentabilidade será aqui utilizado como a busca por uma condição que permita a perenidade das atividades da empresa, buscando-se a utilização consciente de recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Espera-se, dessa forma, que os indicadores escolhidos pelas empresas sejam capazes de monitorar a evolução das companhias rumo a esta condição considerada sustentável.

3 A estrutura de relatórios da Global Reporting Initiative (GRI)

Tentando criar um canal de comunicação com as partes interessadas, as empresas vêm publicando Relatórios de Sustentabilidade na tentativa de garantir maior transparência em relação a suas atividades. O modelo mais conhecido para elaboração do Relatório de Sustentabilidade é o da *Global Reporting Initiative*, descrito neste capítulo.

3.1 A GRI: Definição e objetivos

Fundada em 1997, A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional sem fins lucrativos, com sede em Amsterdã, Holanda, que foi pioneira na criação da estrutura de relatórios de sustentabilidade mais utilizada no mundo, atualmente. Sua principal função é desenvolver e disseminar diretrizes aplicáveis para a construção de relatórios de sustentabilidade, através de um processo internacional, de longo prazo e *multistakeholder*⁴. Essas diretrizes são de uso voluntário e se baseiam na bem aceita definição do tripé economia-ambiente-sociedade (LAMBERTON, 2005).

Segundo a GRI, o Relatório de Sustentabilidade é maneira de apresentar às partes interessadas a contabilidade do desempenho econômico, ambiental e social de uma organização em relação a suas operações, produtos e serviços (GRI, 2002). Um dos principais anseios da GRI é que o relato da sustentabilidade alcance o mesmo nível de rigor, comparabilidade, credibilidade e verificabilidade esperada de um relatório financeiro (GRI, 2011).

⁴ Isto é, que conta com a participação de diversos setores da sociedade

A utilização do modelo GRI para a criação de relatórios de sustentabilidade é altamente disseminada e aceita em todo o mundo. No total, 2.687 organizações já utilizaram as diretrizes da GRI, pelo menos uma vez, em seus relatórios de sustentabilidade. No Brasil, 167 organizações já fizeram uso do documento em pelo menos uma publicação (GRI, 2011).

3.2 Histórico

A ideia de uma estrutura de divulgação para sustentabilidade foi concebida no ano de 1997, quando a organização sem fins lucrativos Coalizão pela Economia Ambientalmente Responsável (CERES), com sede em Boston, iniciou uma divisão de projetos chamada *Global Reporting Initiative*.

O primeiro rascunho das diretrizes foi publicado em 1999 para que pudessem ser testadas e comentadas pelo público. Este documento foi utilizado por vinte organizações na confecção de seus relatórios de sustentabilidade.

No ano 2000, a GRI lançou a primeira versão definitiva das diretrizes, que tinham como objetivos: apresentar um quadro claro dos impactos humanos e ambientais dos negócios; facilitar a clareza de decisões sobre investimentos; fornecer às partes interessadas informações confiáveis e relevantes aos seus interesses; a criação de uma ferramenta gerencial para auxiliar a organização relatora na avaliação de seu desempenho e progresso; o estabelecimento de princípios amplamente aceitos de relatórios externos (DIXON, 2005). Nesse ano, já eram 50 as organizações que confeccionaram relatórios baseados nas diretrizes.

No ano de 2001, a CERES separa o GRI, criando uma instituição independente. Em 2002, a GRI é transferida para Amsterdã, na Holanda. Ainda neste ano, é lançada a segunda versão das

diretrizes, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul.

Quando da publicação da terceira versão das diretrizes (G3), em 2006, já eram mais de 850 organizações ao redor do mundo que utilizavam a estrutura da GRI.

Seguindo o compromisso de buscar um desenvolvimento contínuo das diretrizes, a publicação da quarta versão do documento (G4) está prevista para o ano de 2013. Será publicado um primeiro rascunho do G4, que será disponibilizado para consulta pública em 2012. A versão definitiva deve ser influenciada pelos comentários realizados (GRI, 2011).

3.3 A Estrutura de Relatórios GRI

A Estrutura de Relatórios da GRI foi concebida com o objetivo de ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Os componentes da estrutura de relatórios, que serão descritos mais detalhadamente adiante, são:

1. As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade
2. Os Protocolos de Indicadores
3. Os Níveis de Aplicação da GRI
4. Os Suplementos Setoriais

3.3.1 As Diretrizes para Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade compõem um documento que tem como função orientar as organizações na construção do relatório. Nesse documento, são definidas as informações que devem constar no relatório de sustentabilidade, como o perfil da organização, as estratégias e, como parte principal, a apresentação dos indicadores de desempenho.

Também são parte das Diretrizes os princípios que asseguram a qualidade do relatório. Estes princípios buscam descrever os resultados que o relatório deverá atingir e servem como orientação para a tomada de decisões sobre o conteúdo a ser relatado e de que forma esse conteúdo será apresentado. Os princípios são organizados em dois grupos: os princípios de conteúdo e os princípios de qualidade.

3.3.1.1 Os princípios de conteúdo

A seguir são definidos os princípios de conteúdo presentes nas diretrizes GRI:

- **Materialidade:** é o limiar a partir do qual um tema ou indicador se torna suficientemente expressivo para ser relatado. As informações do relatório devem cobrir os indicadores que reflitam os impactos significativos da organização ou que possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões das partes interessadas (*stakeholders*).
- **Inclusão das partes interessadas:** identificação das partes interessadas (ou *stakeholders*) e explicação sobre quais medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas.

- **Contexto da Sustentabilidade:** apresentação do desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. Deve ser especificado de que modo a organização contribui ou pretende contribuir no futuro para a melhora ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional e global.
- **Abrangência:** a cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir todos os impactos significativos da organização e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período analisado.

3.3.1.2 Os princípios de Qualidade

A seguir são definidos os Princípios de Qualidade definidos pelas diretrizes GRI:

- **Equilíbrio:** divulgação tanto de aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada.
- **Comparabilidade:** consistência na seleção, compilação e relato das questões e informações. As informações devem ser relatadas de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações.
- **Exatidão:** precisão e detalhamento adequado das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.
- **Periodicidade:** regularidade na publicação do relatório e disponibilização das informações a tempo para que as partes interessadas tomem decisões fundamentadas.

- **Clareza:** disponibilização das informações de uma forma que seja compreensível e acessível a todas as partes interessadas que fizerem uso do relatório. Nível adequado de agregação de informações.
- **Confiabilidade:** possibilidade de verificação das informações pelas partes interessadas.

3.3.2 Os Protocolos de Indicadores

Os Protocolos de Indicadores são complementares às Diretrizes e visam a auxiliar as organizações relatoras no entendimento dos indicadores de desempenho descritos nas Diretrizes. Nos Protocolos, são encontradas definições, orientações para compilação, além de informações que assegurem a coerência na interpretação dos indicadores de desempenho. Há um protocolo diferente para cada categoria de indicadores.

Os indicadores se encontram organizados em três categorias gerais: Econômica, Ambiental e Social. Os indicadores de desempenho social são subdivididos em quatro subcategorias: Práticas Trabalhistas, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto. Cada categoria de indicadores possui informações sobre a forma de gestão da organização nessa área específica e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho *essenciais* e *adicionais*.

Os indicadores considerados *essenciais* são aqueles que, durante processo *multistakeholder* da GRI, foram considerados relevantes pela maioria dos participantes. Estes indicadores devem ser relatados pelas organizações, a menos que não estejam de acordo com os princípios de relatório estabelecidos pela GRI descritos anteriormente. Os indicadores considerados *adicionais* representam práticas emergentes ou tratam de temas específicos, que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. Caso existam versões definitivas de Suplementos Setoriais, os indicadores destes documentos devem ser tratados como essenciais.

Os indicadores presentes na categoria *Econômica* (denominados EC) têm o objetivo de medir os impactos da organização sobre as condições econômicas das partes interessadas e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Estes indicadores ilustram o fluxo de capital entre as diferentes partes interessadas e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo.

Os indicadores da categoria *Ambiental* (denominados EN) referem-se aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não-vivos, como ecossistemas, terra, ar e água. Abrangem, ainda, o desempenho relacionado a insumos (material, energia, água), a produtos (emissões, efluentes, resíduos), à biodiversidade, à conformidade ambiental, gastos com meio ambiente e outras informações relevantes.

Os indicadores de desempenho social são divididos em quatro subcategorias (Práticas Trabalhistas, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto) e referem-se aos impactos da organização nos sistemas sociais no qual opera.

Os indicadores referentes a Práticas Trabalhistas (denominados LA) baseiam-se em normas internacionalmente aceitas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU), Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, dentre outras. Os indicadores de desempenho referentes a Direitos Humanos (denominados HR) requerem da organização relatora a inclusão em seus relatórios da importância dada aos direitos humanos nas práticas de investimento e seleção de fornecedores ou empresas contratadas. Abrangem, ainda, o treinamento de empregados e pessoal de segurança em direitos humanos e em não discriminação, liberdade de associação, trabalho infantil, direitos dos índios e trabalho forçado ou escravo. Os indicadores de desempenho referentes à Sociedade (denominados SO) enfocam os impactos gerados pela organização relatora nas comunidades em que operam e a divulgação de como os riscos resultantes de suas interações com outras instituições sociais são geridos e mediados. Buscam-se, nesta categoria, informações sobre os riscos associados a suborno e corrupção, influência indevida na elaboração de políticas públicas e práticas de monopólio. Os indicadores referentes à Responsabilidade pelo Produto

(denominados PR) abordam aspectos dos produtos e serviços da organização relatora que afetam diretamente os clientes.

A Figura 3.1 mostra como são divididos, entre as dimensões, os indicadores GRI. Observa-se, por essa divisão, grande preocupação da GRI com as dimensões Ambiental e Social. Os indicadores Sociais (que, em conjunto, correspondem por pouco mais de 50% dos indicadores existentes) e Ambientais (38%) predominam em relação aos indicadores Econômicos (responsáveis por apenas 12% dos indicadores totais).

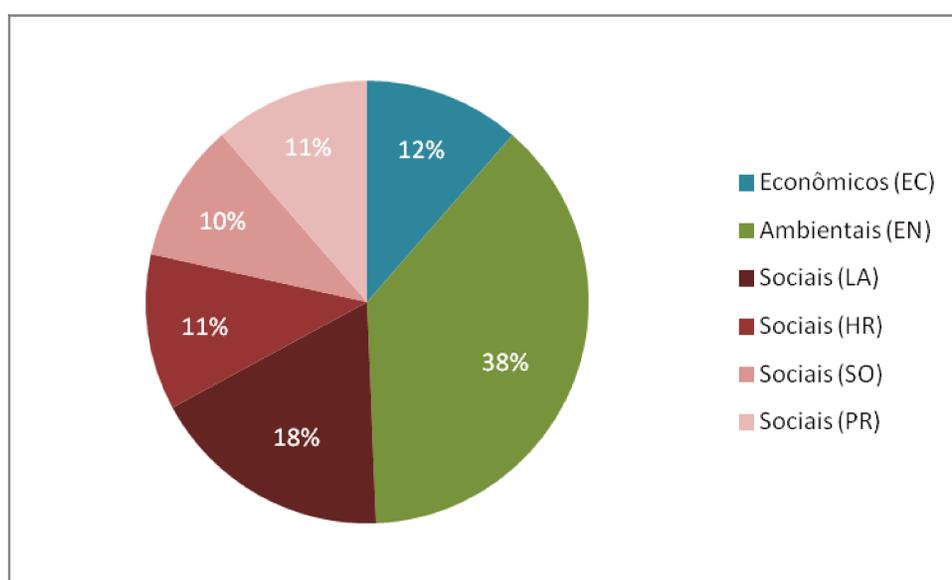


Figura 3.1 - Distribuição dos indicadores GRI por dimensões (Fonte: *Elaboração própria*)

A existência de poucos indicadores econômicos deve-se ao fato de que muitos desses indicadores já são utilizados nos relatórios financeiros tradicionais. A GRI funciona, desta maneira, como uma complementação deste tipo de divulgação, buscando auxiliar na demonstração de como a organização está contribuindo para a sustentabilidade de um sistema econômico mais amplo.

3.3.3 Os Níveis de Aplicação da GRI

Os Níveis de Aplicação da GRI são utilizados para que a organização relatora faça uma autodeclaração do grau de utilização da Estrutura de Relatórios GRI. O documento contém os critérios para que o relatório seja classificado em um determinado nível. O sistema apresenta três níveis de aplicação, intitulados C, B e A, sendo, este último, o nível mais completo de aplicação das diretrizes. A organização pode autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível, caso tenha sido requisitada verificação externa.

Este sistema fornece ao usuário do relatório informações sobre até que ponto as Diretrizes da GRI e outros elementos da Estrutura de Relatórios foram utilizados na elaboração do documento. Esta declaração é também de interesse dos próprios relatores, ao possibilitar o acompanhamento da evolução no uso das Diretrizes entre diferentes relatórios.

Os critérios para cada nível de aplicação são descritos na Figura 3.2, retirada do documento “Níveis de Aplicação da GRI”, que compõe a Estrutura de Relatórios GRI:

Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Figura 3.2 - Descrição das exigências para cada nível de aplicação GRI (Fonte: GRI, 2011)

Além da autodeclaração, a organização pode solicitar um parecer externo a respeito do nível autodeclarado e/ou solicitar à GRI que examine a autodeclaração.

É solicitado, ainda, que as organizações que fizeram uso das Diretrizes notifiquem à GRI no momento da publicação do relatório. As organizações podem simplesmente notificar a GRI e enviar uma cópia impressa ou eletrônica do relatório e/ou registrar o relatório no banco de relatórios *online* da GRI.

3.3.4 Os Suplementos Setoriais

Os Suplementos Setoriais também são utilizados como complemento das Diretrizes e consistem em orientações e interpretações sobre como aplicá-las em determinado setor. Há, ainda, novos indicadores, diferentes dos descritos nas Diretrizes e que são específicos do setor.

Por enquanto, há suplementos setoriais para Serviços Financeiros, Processamento de Alimentos, Mineração, ONGs e para o Setor Elétrico.

O Suplemento Setorial do Setor Elétrico é um documento semelhante às Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, porém com comentários específicos sobre o conteúdo e sobre os indicadores de desempenho da G3. O documento conta, ainda, com trinta novos indicadores, específicos para o setor.

3.4 Os pontos positivos

A GRI surgiu como uma ferramenta que contribuiu para incentivar os relatórios que integram elementos econômicos, ambientais e sociais de uma companhia, ao divulgar uma estrutura que padroniza a maneira de relatar o desempenho nestas três dimensões. Esta estrutura, além de buscar facilitar o processo de criação do relatório, através de orientações detalhadas, tem o objetivo de criar uma linguagem comum entre as organizações. A expectativa é que seja cada vez mais fácil estabelecer comparações entre as organizações e acompanhar o desempenho de uma mesma organização ao longo do tempo.

Uma das consequências imediatas da existência de uma ferramenta padrão, amplamente utilizada pela maioria das organizações, é a busca por resultados cada vez melhores. Isto porque o relatório funciona como um espelho das práticas das empresas e é interessante que haja dados positivos a serem relatados às partes interessadas, principalmente quando os concorrentes divulgam um bom desempenho. A existência de níveis de aplicação das diretrizes que classificam o relatório em A, B ou C incentiva as organizações a evoluir constantemente, no anseio por uma melhor classificação.

Um ponto interessante da GRI é o fato de não ser uma estrutura fixa. A GRI é um processo em constante desenvolvimento, que conta com a participação de diversos setores da sociedade na construção da Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade. Isto faz com que diretrizes cada vez mais completas sejam criadas, trazendo progresso às práticas de relato da busca pela sustentabilidade das organizações.

Ao tentar elevar o relatório de sustentabilidade ao mesmo nível de rigor, comparabilidade e credibilidade que os relatórios financeiros, a GRI coloca a questão da sustentabilidade em destaque nas organizações. Assim, mesmo que uma empresa não esteja exatamente no caminho da sustentabilidade, o processo de criação do relatório cria uma movimentação interna. As discussões e questionamentos decorrentes ajudam, desta maneira, a identificar os pontos passíveis de melhora e as práticas da empresa que possam estar, eventualmente, comprometendo a sustentabilidade e, conseqüentemente, prejudicando a imagem da organização perante as partes interessadas.

3.5 Limitações e críticas

Apesar dos pontos positivos destacados anteriormente, podem ser enumerados alguns aspectos negativos das diretrizes sugeridas pela GRI. Estas críticas estão quase sempre relacionadas à grande liberdade proporcionada pelas diretrizes na elaboração dos relatórios.

O primeiro ponto a ser destacado é que, além de serem de natureza voluntária, as diretrizes são projetadas para atenderem organizações com graus variados de complexidade. Devido a esta flexibilidade, espera-se uma diversidade considerável entre os relatórios de diferentes organizações, o que, segundo Lynch (2010), pode prejudicar a comparabilidade. Tal constatação vai de encontro a um dos objetivos destacados pelo GRI, que é fornecer uma estrutura que permita a comparabilidade entre organizações.

Outra falha é o fato de que natureza informal das diretrizes e a permissão da inclusão de informações adicionais permitem que as organizações selecionem quais informações serão divulgadas. Isto pode levar a uma representação imprecisa das atividades da organização. Guthrie e Farneti (2008) mostram que as organizações escolheram cuidadosamente quais dados seriam relatados em seu relatório anual, o que contradiria as expectativas das partes interessadas em relação à transparência das informações. Segundo Moneva (2006), evidências preliminares parecem mostrar que as diretrizes GRI são utilizadas de maneira tendenciosa. Algumas organizações que se rotulam como relatoras do GRI não se comportam de maneira responsável em relação à igualdade social ou direitos humanos. Isto pode ser explicado por uma interpretação equivocada (consciente ou não) do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Outro ponto passível de má interpretação é o sistema de classificação dos relatórios. Os níveis de aplicação das diretrizes avaliam o quão completa foi a utilização da estrutura de relatórios por parte das organizações e não o quanto a organização é sustentável. Isto significa que uma organização avaliada com o nível “A” não é necessariamente mais sustentável que a organização avaliada por “B”. O nível “A” apenas demonstra que as diretrizes foram utilizadas de maneira mais completa pela organização. Esta classificação não deve, portanto, ser usada como um padrão de referência, mas como um retorno para a própria organização relatora do quanto os relatórios estão avançando ao longo do tempo. No entanto, esta informação, se utilizada de maneira tendenciosa, pode criar um falso marketing, que reflete de maneira enganosa o desempenho de cada organização na busca pela sustentabilidade.

4 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Este capítulo apresenta o resultado da análise dos relatórios de sustentabilidade publicados em 2011 pelas empresas escolhidas, conforme a metodologia descrita no Capítulo 1. A apresentação dos resultados segue o esquema apresentado na Figura 4.1.

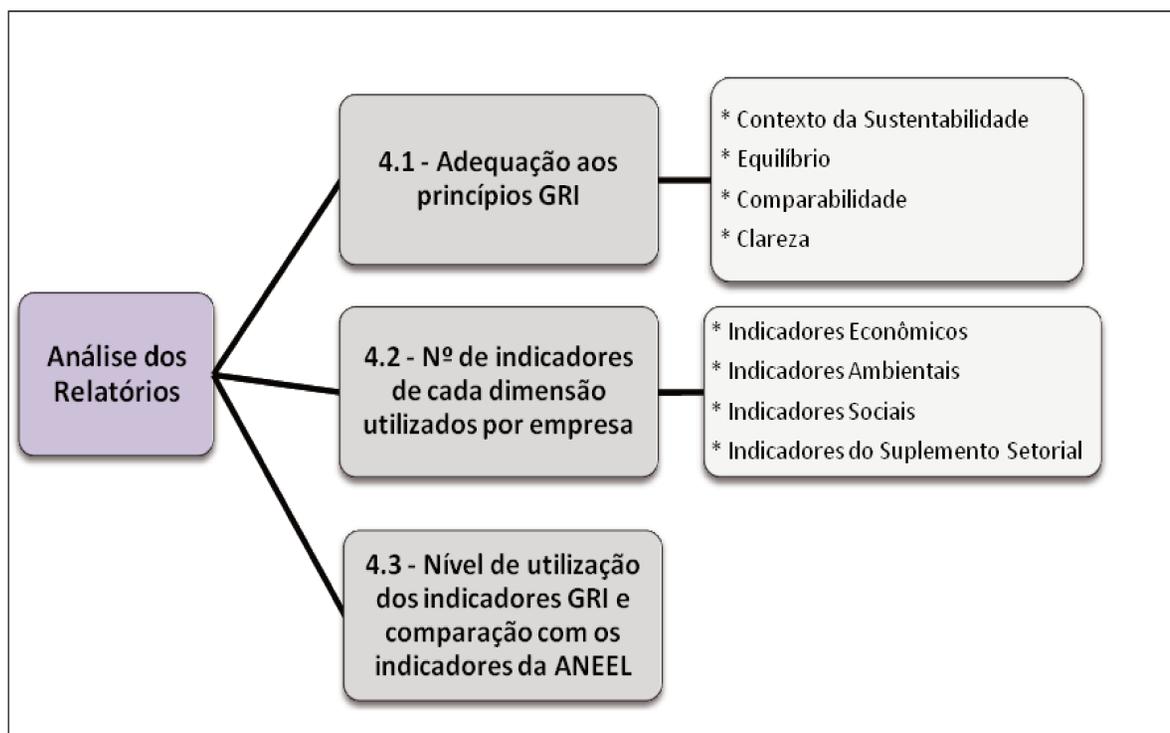


Figura 4.1 - Resultado da Análise dos Relatórios

4.1 Adequação aos princípios GRI

A primeira parte da análise teve como objetivo averiguar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Para tal, foi verificado se os relatórios estavam de acordo com os princípios que a GRI estabelece.

Foi possível verificar se as empresas consideraram os seguintes princípios de conteúdo e qualidade da GRI (descritos nas seções 3.3.1.1 e 3.3.1.2, respectivamente) na elaboração do relatório:

- Contexto da Sustentabilidade
- Equilíbrio
- Comparabilidade
- Clareza

A seguir são apresentadas as percepções sobre a adequação dos relatórios de sustentabilidade aos princípios de conteúdo e qualidade.

4.1.1 Contexto da Sustentabilidade

De acordo com a GRI, o relatório deve apresentar o desempenho da organização em um contexto mais amplo de sustentabilidade, isto é, avaliar e reportar a performance da companhia dentro dos limites e demandas dos recursos ambientais e sociais nos níveis local, regional e global. Este entendimento nem sempre é compartilhado pelas empresas, como pode ser visto na Tabela 4.1, que mostra os diferentes conceitos de sustentabilidade encontrados nos relatórios analisados.

Tabela 4.1- O conceito de sustentabilidade segundo a GRI e segundo as empresas

AES	Segurança, geração de energia sustentável, eficiência no uso de recursos, inovação em produtos e serviços, desenvolvimento e valorização de colaboradores, fornecedores e comunidades.
CELPE	Trabalhar continuamente para consolidar práticas de sustentabilidade em sua estratégia e atividades do negócio, tendo a Responsabilidade Social como uma de suas macroestratégias.
CEMIG	Orientação de suas ações num horizonte de longo prazo, sem esquecer seus valores mais sólidos. Gestão das dimensões ambiental, econômica e social.
COELBA	Busca de um modelo de gestão socialmente responsável para prestar um serviço de qualidade, buscar resultados financeiros e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico e social. Busca de aperfeiçoamento contínuo de sua performance nas dimensões econômica, social e ambiental.
COSERN	Busca por um modelo de gestão socialmente responsável para prestar serviço de qualidade, buscar resultado financeiro (e, portanto, a perenidade do negócio) e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento humano e a preservação dos recursos ambientais.
CPFL	Preocupar-se com as consequências futuras de suas ações e decisões, buscando sempre controlar e evitar riscos que possam trazer ameaças à perenidade do Grupo CPFL. Considerar permanentemente a responsabilidade e a sustentabilidade social no processo de gestão de seus negócios, através do gerenciamento dos impactos das ações da empresa nos campos econômico, social e ambiental.
ELEKTRO	Garantir a perenidade das operações e o equilíbrio nos aspectos social, ambiental e econômico para promover melhorias contínuas dos processos em todas as operações da Empresa.
ELETROBRÁS	Potencializar os impactos ambientais e sociais positivos, e minimizar os impactos negativos decorrentes das atividades da empresa. Atingir o equilíbrio econômico-financeiro, social e ambiental em nas operações, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras.
ENDESA	Melhorar o desempenho nas dimensões econômica, social e ambiental.
LIGHT	Crescimento econômico, humano e social a todos os seus públicos de relacionamento, incluindo o respeito ao meio ambiente.
REDE	Gerenciamento dos resultados de seus negócios sob as dimensões ambiental, econômica e social. Promover o desenvolvimento local, que levará, no longo prazo o crescimento da Rede Energia.
TRACTEBEL	Respeito às pessoas, instituições e ao meio ambiente. Aprimoramento na gestão das esferas social, ambiental e econômica.

Apesar das diferenças entre os conceitos de sustentabilidade, é possível observar que, a maior parte das companhias utiliza o conceito do tripé sociedade, meio ambiente e economia. Este conceito é consistente com a noção firmada pela Estratégia Mundial de Conservação (IUCN, 1980), que afirma que, para que o desenvolvimento seja sustentável, ele deve considerar os fatores sociais, ambientais e econômicos.

No entanto, com exceção de CEMIG, CPFL e REDE, não é possível encontrar, nas definições das demais empresas, a noção de longo prazo. Isto vai de encontro ao “contexto mais amplo de sustentabilidade” definido pela GRI, que destaca a existência de limites nos sistemas sociais e ambientais. Ainda, as companhias falham na demonstração de seus impactos a nível local e global, não deixando claro o seu papel na manutenção dos sistemas nos quais operam.

4.1.2 Equilíbrio

O princípio do *Equilíbrio* não foi obedecido pela maioria das empresas. Informações negativas em relação à empresa são, praticamente, inexistentes nos relatórios. Mesmo que um indicador tenha apontado uma piora no desempenho (como, por exemplo, um aumento significativo no consumo de água de um ano para outro), esta informação foi, na maioria das vezes, pouco explorada no texto. Contatou-se que os relatórios carecem de explicações sobre o que levou a resultados negativos ou sobre quais atitudes estão sendo tomadas para mudar este quadro. O que se pôde observar nos relatórios foi, em geral, uma descrição de boas práticas e novas iniciativas das companhias, sem que, no entanto, fossem assumidas e explicadas as falhas ou propostas melhorias.

4.1.3 Comparabilidade

O princípio da *Comparabilidade* foi utilizado de maneira desigual entre as empresas. Algumas empresas demonstraram ter maior disponibilidade de dados históricos, apresentando informações referentes a mais de três períodos anteriores ao coberto pelo relatório. A maioria, no entanto, apresentou dados referentes aos três últimos períodos. Houve casos, contudo, de empresas que divulgaram informações referentes somente ao período coberto pelo relatório, o que impede a comparabilidade. De posse da informação referente a um único período, não é possível verificar como o desempenho da organização tem evoluído ao longo dos anos.

4.1.4 Clareza

A maioria dos relatórios obedeceu ao princípio da *Clareza*, tornando a informação de fácil entendimento pelo público de interesse. No entanto, observou-se que algumas empresas apresentaram dados muito agregados. Este foi o caso da maioria das *holdings*, que apresentaram, sem a devida desagregação, informações referentes às empresas sob seu controle. Houve, também, caso de empresas que descreveram os indicadores de forma muito superficial, o que prejudica o entendimento por parte dos leitores.

4.2 Número de indicadores de cada dimensão utilizados por empresa

Em uma segunda parte da análise, buscou-se verificar se havia homogeneidade no uso das Diretrizes GRI pelas empresas de energia elétrica. Para isso, comparou-se a quantidade de

indicadores essenciais e adicionais utilizada pelas empresas em cada dimensão, em relação ao total de indicadores disponibilizados pela GRI.

4.2.1 Indicadores Econômicos

A GRI sugere nove indicadores econômicos, dentre os quais sete são considerados essenciais e dois, adicionais. O nível de utilização de indicadores econômicos é bastante variável entre as diferentes concessionárias (Figura 4.1). Ele varia de 44% a 100%. CEMIG, ENDESA e TRACTEBEL utilizam todos os indicadores econômicos propostos pela GRI. A CPFL e a REDE ENERGIA utilizam todos os indicadores essenciais, mas omitem um indicador adicional.

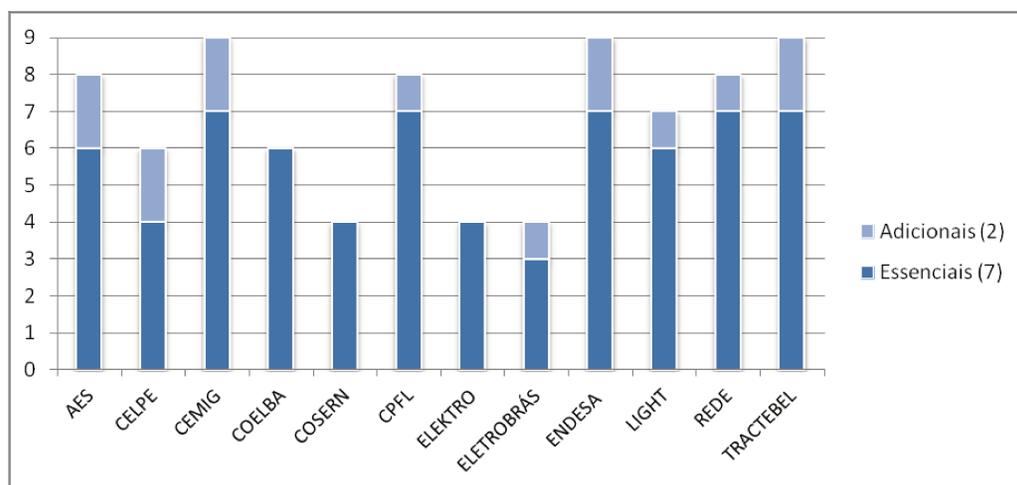


Figura 4.2 - Número de indicadores econômicos GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras selecionadas.

4.2.2 Indicadores Ambientais

Dos trinta indicadores ambientais propostos pela GRI, dezessete são considerados essenciais e treze, adicionais. O nível de utilização dos indicadores ambientais entre as distribuidoras é ainda mais variável que o de utilização dos indicadores econômicos, como pode ser visto na Figura 4.2. Ele varia de 33% a 93%. A CPFL, ENDESA e LIGHT utilizam todos os indicadores essenciais, mas omitem alguns indicadores adicionais. A empresa que utiliza o menor número de indicadores ambientais é a COSERN (10). A CELPE também utiliza menos de 50% dos indicadores possíveis (13).

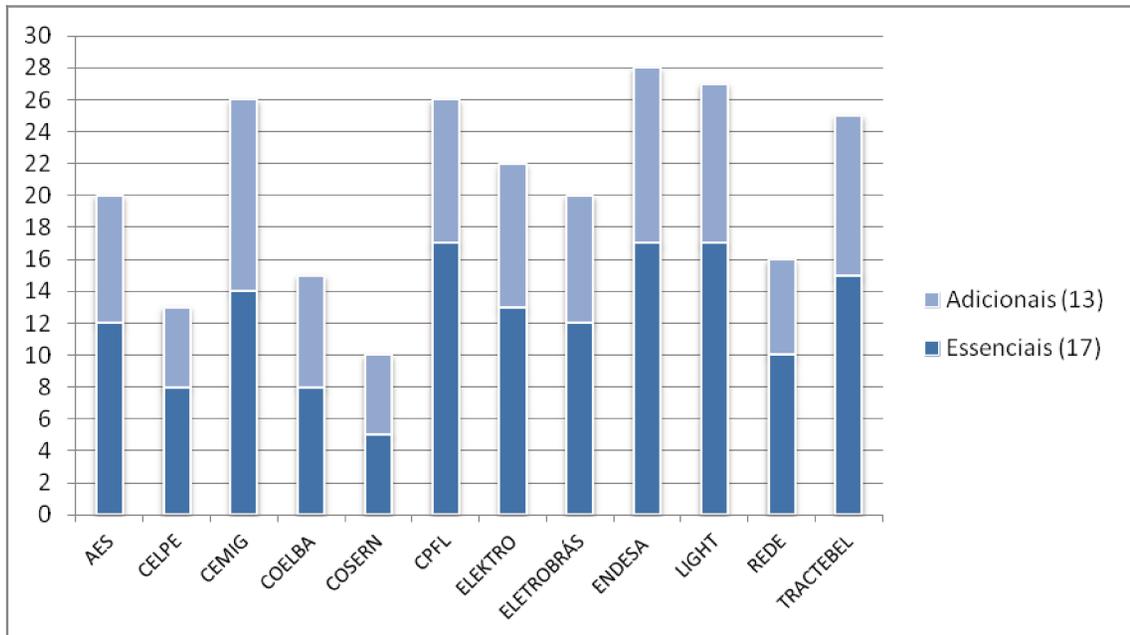


Figura 4.3 - Número de indicadores ambientais GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras selecionadas.

4.2.3 Indicadores Sociais

Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (LA)

Dos 14 indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, nove são essenciais e cinco são adicionais. Os indicadores são bastante utilizados pelas empresas: seu nível de utilização varia de 78 a 100%, como pode ser visto na Figura 4.4. CEMIG, CPFL e LIGHT utilizam todos os indicadores propostos. A ENDESA utiliza todos os essenciais. A concessionária que menos utiliza indicadores desta categoria é a ELEKTRO.

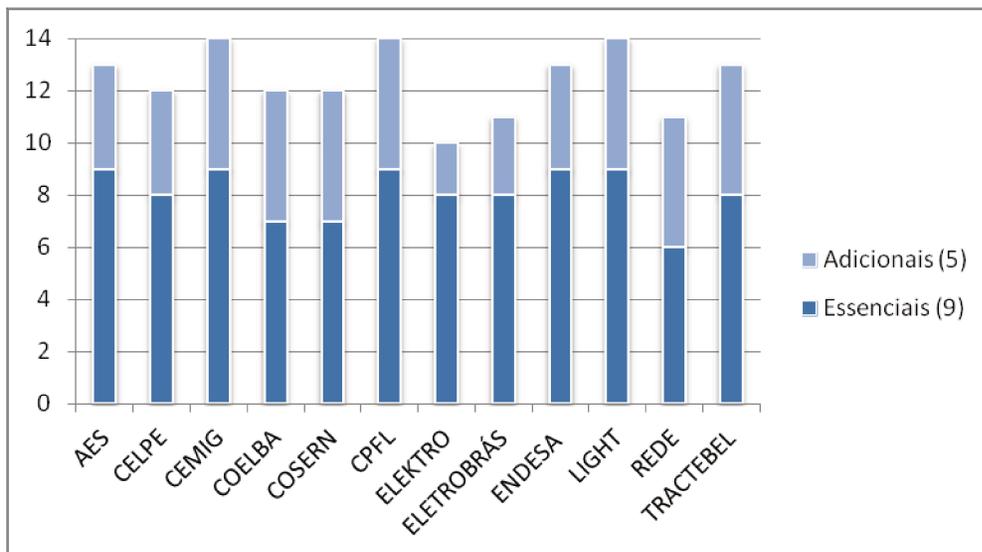


Figura 4.4 - Número de indicadores sociais (Práticas Trabalhistas) GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório.

Direitos Humanos (HR)

O nível de utilização dos indicadores de Direitos Humanos varia de 44% a 100%, como pode ser visto na Figura 4.5. Dos nove existentes, seis são considerados essenciais. CPFL e TRACTEBEL utilizam todos os indicadores de Direitos Humanos em seus relatórios de

sustentabilidade. CELPE, COELBA e COSERN são as que utilizam o menor número de indicadores desta categoria.

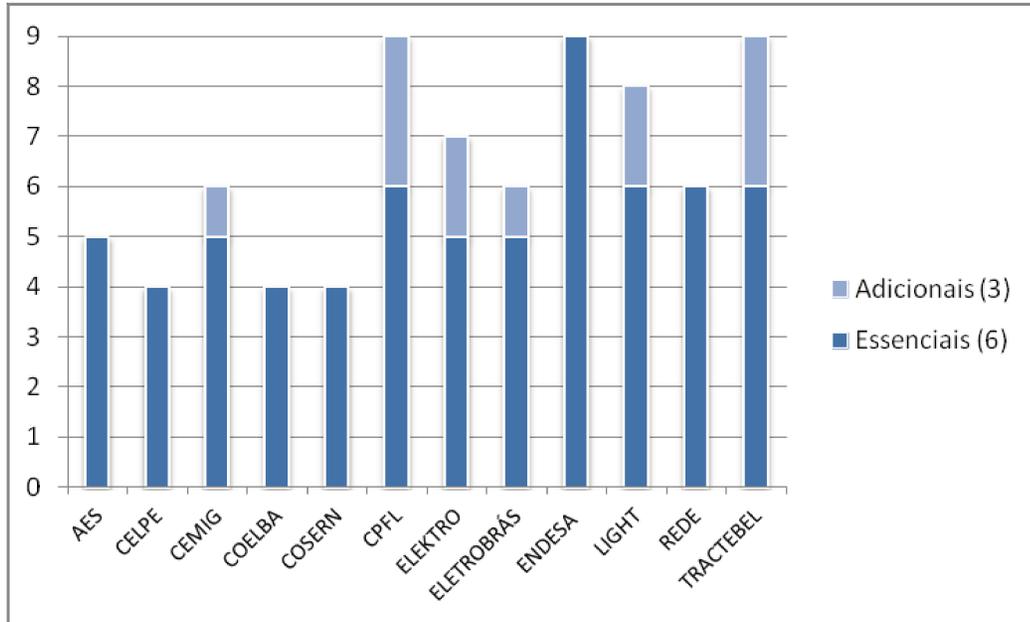


Figura 4.5 - Número de indicadores sociais (Direitos Humanos) GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório

Sociedade (SO)

O nível de utilização dos indicadores de Sociedade varia de 58% a 100%, como pode ser visto na Figura 4.6. Dos oito indicadores existentes, seis são considerados essenciais. CPFL, ENDESA, LIGHT e TRACTEBEL são as companhias a utilizarem todos os indicadores de Sociedade propostos pela GRI. A empresa que utiliza o menor número de indicadores desta categoria é a REDE ENERGIA.

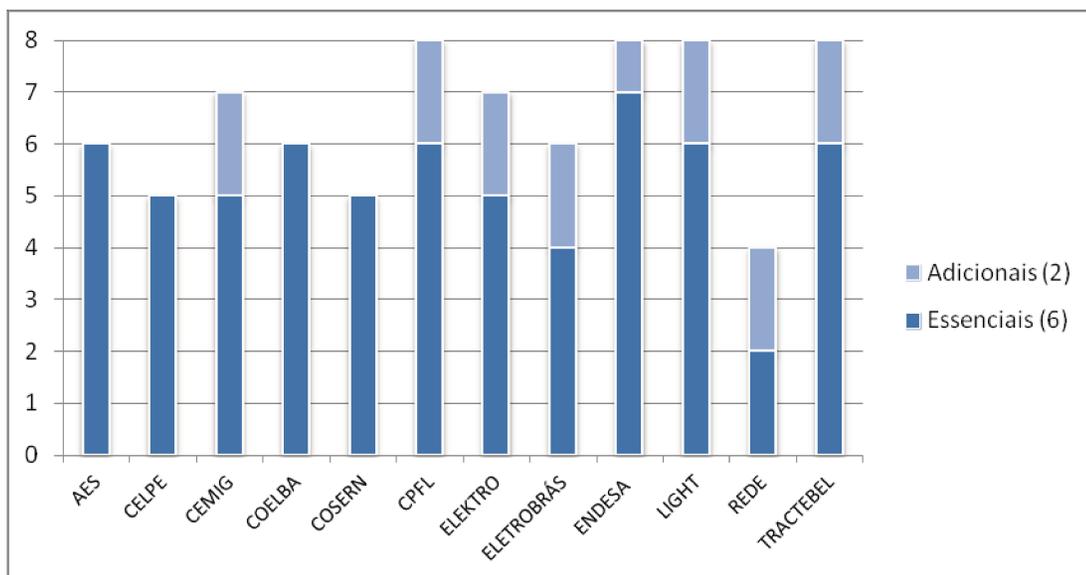


Figura 4.6 - Número de indicadores sociais (Sociedade) GRI, essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório.

Responsabilidade pelo Produto (PR)

O nível de utilização dos indicadores de Responsabilidade pelo Produto é bastante variável: vai de 22% a 100%, como pode ser visto na Figura 4.7. Dos nove existentes, cinco são essenciais. CEMIG, CPFL e LIGHT utilizam todos os indicadores existentes, enquanto a AES ELETROPAULO e a REDE ENERGIA são as que menos utilizam os indicadores desta categoria.

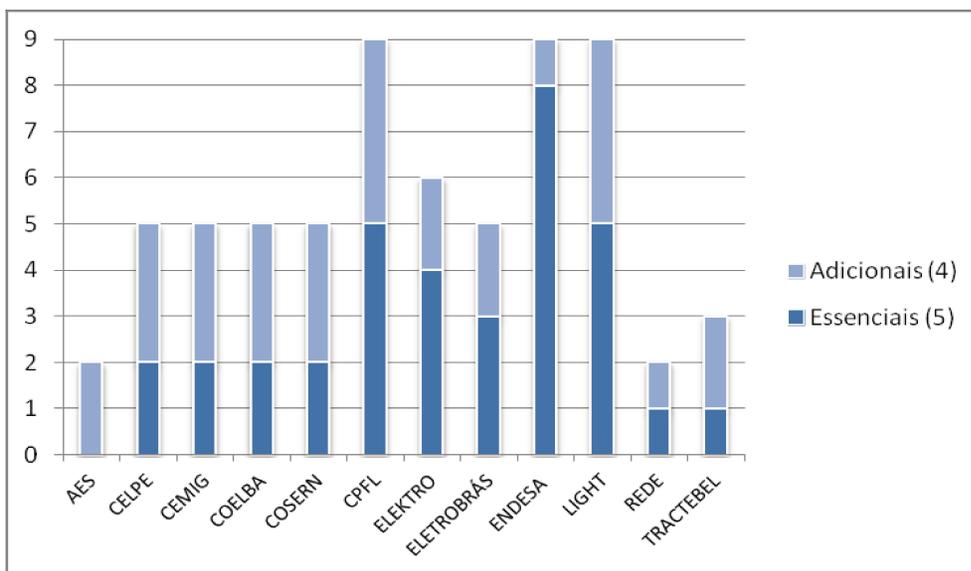


Figura 4.7 - Número de indicadores GRI sociais (Responsabilidade pelo Produto), essenciais e adicionais, utilizados pelas distribuidoras no relatório

4.2.4 Indicadores do Suplemento do Setor Elétrico

Em relação às empresas que utilizam os indicadores do Suplemento Setorial do Setor Elétrico, observa-se, na Figura 4.8, que o nível de utilização varia de 36% a 100%. É possível observar que somente a CPFL e a LIGHT utilizam todos os 30 indicadores existentes. Não foram encontrados indicadores específicos do setor elétrico no relatório da ELEKTRO, o que vai contra a proposta da GRI: quando houver um suplemento setorial disponível, os indicadores deste suplemento são considerados essenciais.

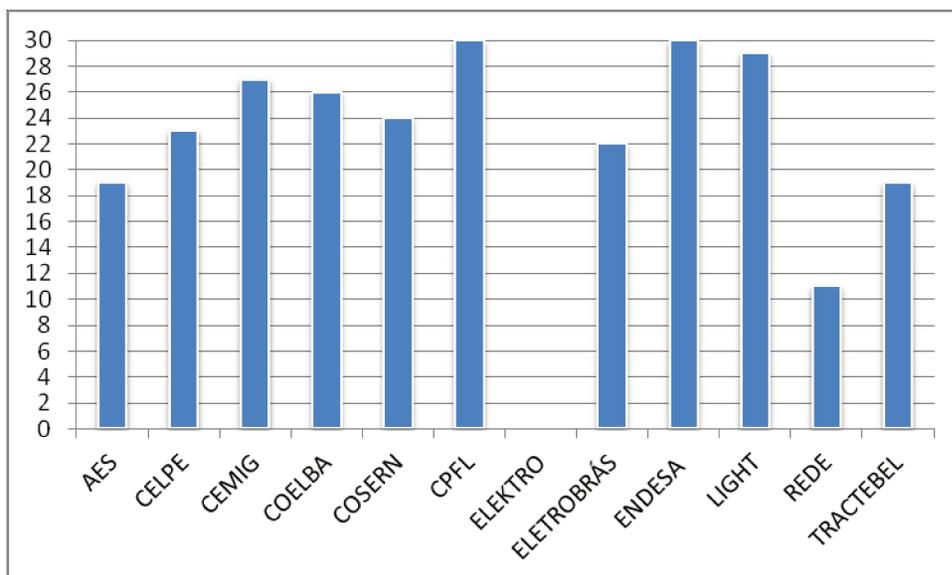


Figura 4.8 - Indicadores GRI do suplemento setorial (Setor Elétrico) utilizado pelas distribuidoras selecionadas

4.2.5 Total de Indicadores

Na Figura 4.9 é possível observar o percentual de uso dos indicadores GRI existentes para cada dimensão, por empresa, sem considerar os indicadores propostos no suplemento do Setor Elétrico. Pode-se observar que apenas as empresas CEMIG, CPFL E TRACTEBEL usam mais de 80% dos indicadores nas três dimensões.

Também é possível visualizar que não há um padrão no uso dos indicadores. Em algumas empresas há um balanceamento entre as dimensões, enquanto outras apresentam preferência por uma determinada dimensão. É interessante notar que, em nenhuma das empresas, houve preponderância do uso de indicadores ambientais.

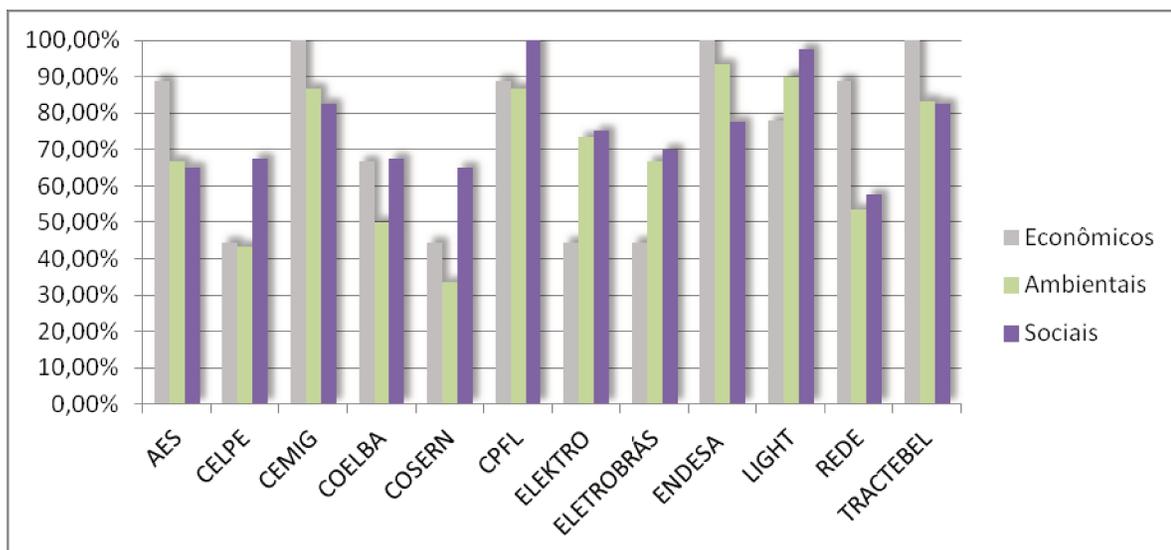


Figura 4.9 – Porcentagem de indicadores GRI utilizados pelas distribuidoras em cada dimensão

Na (Figura 4.10), que mostra o número total de indicadores utilizado por empresa, pode-se visualizar que a distribuidora que utilizou o maior número de indicadores foi a CPFL, seguida pela LIGHT, ENDESA e CEMIG. A diferença entre a empresa que utilizou o maior número de indicadores (CPFL) e a empresa que usou a menor quantidade (ELEKTRO) é bastante significativa.

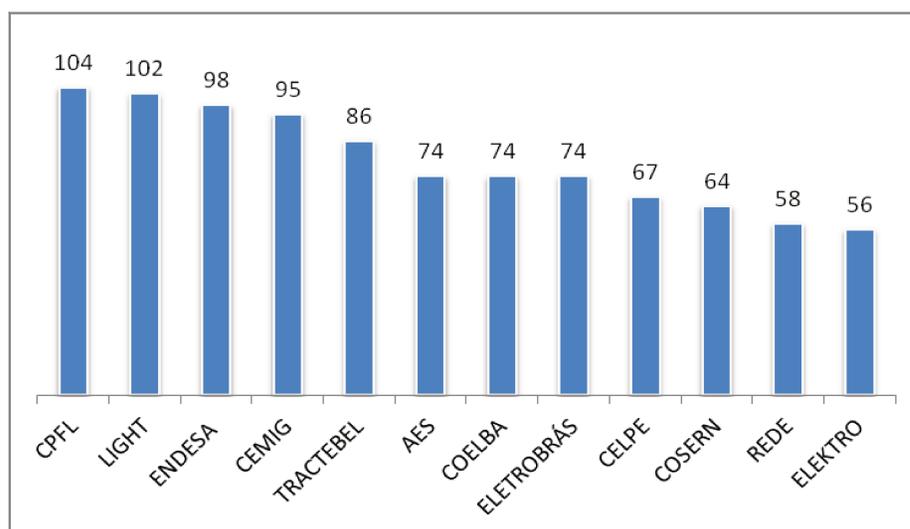


Figura 4.10 - Total de indicadores GRI utilizados pelas distribuidoras

4.3 Nível de utilização dos indicadores GRI e comparação com os indicadores da ANEEL

Esta parte da análise teve o objetivo de entender se o Manual para Elaboração do Relatório Socioambiental da ANEEL influencia no conteúdo do relatório GRI publicado pelas empresas. Para isso, verificaram-se quais indicadores GRI possuíam um indicador correspondente na ANEEL (Apêndice A). Em seguida, verificou-se o nível de utilização de cada indicador, isto é, o percentual de empresas que utilizou um determinado indicador (Apêndice B).

Separaram-se os indicadores em dois grupos: os que possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL e os que não possuem. A Figura 4.11 mostra como varia o nível de utilização dos indicadores que possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL:

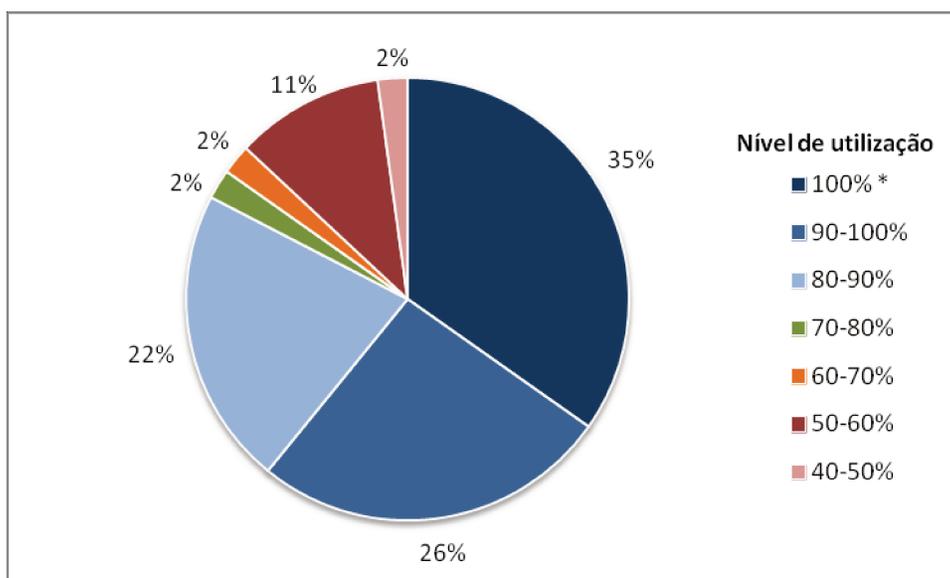


Figura 4.11 – Distribuição do nível de utilização dos indicadores que possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL *Significa que 35% dos indicadores GRI que possuem um correspondente na ANEEL foram utilizados por 100% das empresas

Por este gráfico, pode-se observar que, dos indicadores GRI que possuíam um indicador correspondente no Manual da ANEEL, uma quantidade considerável (35%) foi utilizada por

100% das empresas. Observa-se, ainda, que este grupo de indicadores possui, de uma maneira geral, um nível de utilização bastante alto: a grande maioria dos indicadores exigidos pelo Manual da ANEEL é utilizada por mais de 80% das empresas (fatias azuis do gráfico). A Figura 4.12 mostra como varia o nível de utilização das empresas que não possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL.

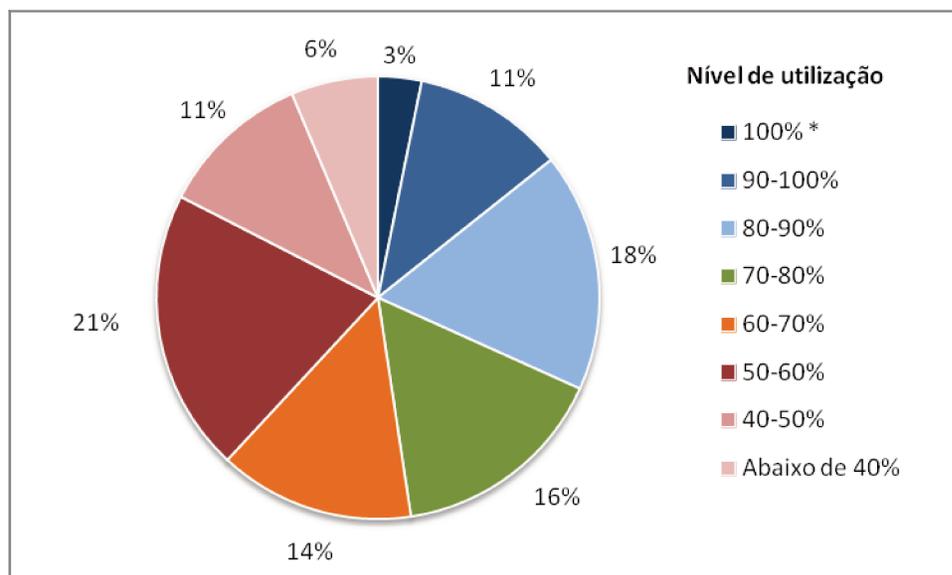


Figura 4.12 – Distribuição do nível de utilização dos indicadores que não possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL *Significa que apenas 2% dos indicadores exclusivos GRI foram utilizados por 100% das empresas

Por este gráfico, pode-se observar que apenas 3% dos indicadores exclusivos da GRI (isto é, aqueles que não possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL) foram utilizados por todas as empresas.

A comparação entre os dois gráficos mostra uma tendência: os indicadores GRI que também são exigidos pela ANEEL possuem um alto nível de utilização, enquanto os indicadores exclusivos GRI são menos utilizados pelas empresas.

4.4 Avaliação das empresas

Na parte final da análise, foi feito um esquema de pontuação, para que as empresas pudessem ser divididas em categorias, de acordo com a qualidade de seus relatórios. Foi atribuída uma pontuação de 1 a 3 para cada critério, cujo detalhamento pode ser encontrado na Tabela 4.2.

Os critérios para avaliação da qualidade dos relatórios consideraram, além dos princípios listados na seção 4.1, os seguintes aspectos que se julgaram relevantes:

A utilização correta do Índice Remissivo GRI: O Índice Remissivo é um sumário onde são listados todos os indicadores GRI utilizados no relatório. Este sumário tem como função ajudar o leitor a encontrar onde estão, ao longo do texto, as informações exigidas por um determinado indicador. Algumas empresas apresentam o Índice Remissivo de forma muito organizada, tornando a busca pelas informações do indicador uma tarefa bastante simples. Algumas indicam, inclusive, o nome do indicador nas páginas do relatório onde ele é relatado. Outras, no entanto, indicam de maneira muito vaga (como o número de uma seção) onde estão as informações sobre cada indicador, tornando difícil a sua localização em meio ao texto. Não obstante, encontraram-se casos em que a seção indicada não existia no relatório.

A apresentação gráfica do relatório: As empresas, de uma maneira geral, buscam apresentar relatórios com um design atrativo: possuem muitas imagens e gráficos, além de pouco texto por página, estratégia que torna a leitura do documento mais agradável. No entanto, algumas empresas não utilizam destes recursos, priorizando textos longos e pouco ilustrados. Isto foi considerado uma desvantagem, uma vez que pode desmotivar a leitura do relatório por certos membros do público de interesse.

Quantidade de Indicadores Utilizados: Apesar de a quantidade de indicadores utilizados não significar, por si só, um relatório de melhor qualidade, considerou-se que as empresas que

utilizaram um maior número de indicadores mostraram uma preocupação maior com a transparência e completeza do relatório.

Declaração correta do Nível de Aplicação das Diretrizes: A questão da autodeclaração sobre o nível de utilização das diretrizes GRI deve ser vista com cuidado. A não obrigatoriedade de verificação externa do relatório abre uma brecha para que esta declaração não seja completamente confiável. Constatou-se, por exemplo, que algumas empresas, apesar de terem se declarado como determinado nível de aplicação das diretrizes, não apresentaram todos os indicadores que este nível exigia.

Verificação externa: Como a GRI não faz da verificação externa uma obrigatoriedade, avaliou-se melhor as empresas cujos relatórios foram submetidos à verificação externa. Esta iniciativa demonstra uma importante preocupação com a qualidade e confiabilidade do relatório.

A Tabela 4.2 mostra o detalhamento dos critérios que levaram à atribuição de uma determinada nota para cada empresa.

Tabela 4.2 - Critérios de avaliação dos Relatórios

Critério	Nota
a) Definição de sustentabilidade	
O entendimento de sustentabilidade pela empresa é claro no relatório e está de acordo com a definição de sustentabilidade da GRI.	3
O entendimento de sustentabilidade pela empresa é claro no relatório e está parcialmente de acordo com a definição de sustentabilidade da GRI.	2
É difícil encontrar no relatório o entendimento de sustentabilidade por parte da empresa.	1
b) Equilíbrio	
Há um balanceamento entre o relato dos aspectos negativos e positivos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada.	3
Mesmo que os indicadores apresentem aspectos negativos, estes praticamente não são explorados no texto do relatório.	2
Somente os aspectos positivos do desempenho da empresa são relatados	1

c) Comparabilidade	
As informações relatadas permitem às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo (três ou mais períodos anteriores ao período coberto pelo relatório).	3
As informações relatadas são referentes a menos de três períodos anteriores ao coberto pelo relatório.	2
As informações relatadas referem-se apenas ao período coberto pelo relatório.	1
d) Clareza	
O relatório disponibiliza as informações de forma compreensível às partes interessadas e possui um nível adequado de agregação de informações.	3
O relatório disponibiliza as informações de forma compreensível às partes interessadas, mas possui um nível inadequado de agregação de informações.	2
O relatório não disponibiliza as informações de forma compreensível às partes interessadas, e possui um nível inadequado de agregação de informações.	1
e) Índice Remissivo GRI	
A empresa indica exatamente onde está, no relatório, as informações referentes a um determinado indicador (Ex: número de página, nome do indicador na página em que está a descrição).	3
A empresa indica de maneira genérica onde podem ser encontradas as informações de um determinado indicador (Ex: número do capítulo ou seção).	2
A empresa não apresenta uma referência correta. Os indicadores presentes no índice remissivo não podem ser encontrados no texto do relatório ou não estão no local indicado.	1
f) Apresentação do Relatório	
O relatório tem boa apresentação e é de leitura fácil. Possui muitas ilustrações e gráficos.	3
O relatório é de leitura fácil, porém pouco ilustrado.	2
Não há preocupação com a parte gráfica do relatório.	1
g) Nível de Aplicação das Diretrizes	
Todos os indicadores exigidos pelo nível declarado são utilizados.	3
Apesar de citados no índice, não são encontrados no relatório todos indicadores exigidos pelo nível declarado.	2
Não são encontrados no índice remissivo todos os indicadores exigidos pelo nível declarado.	1

h) Quantidade de Indicadores Utilizados	
A empresa utiliza mais de 80% dos indicadores existentes.	3
A empresa utiliza de 60 a 80% dos indicadores existentes.	2
A empresa utiliza menos de 60% dos indicadores existentes.	1
i) Verificação Externa	
O relatório passou por verificação externa de terceiros.	3
O relatório foi examinado pela GRI.	2
O relatório não passou por verificação externa.	1

Conforme os critérios acima, as empresas foram pontuadas (Tabela 4.3) e classificadas em três categorias, definidas pela qualidade dos relatórios de sustentabilidade (Figura 4.13).

Tabela 4.3 - Pontuação detalhada das empresas

CRITÉRIO ⁶	Empresas ⁵											
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
Definição de Sustentabilidade	1	1	3	2	2	3	2	2	2	2	3	2
Equilíbrio	2	2	3	2	2	2	3	1	2	2	2	2
Comparabilidade	2	3	3	2	2	3	2	1	3	2	1	2
Clareza	3	2	3	1	1	3	3	2	3	3	2	3
Índice remissivo GRI	3	1	3	1	1	3	3	3	3	3	3	2
Apresentação do Relatório	3	1	3	1	1	3	3	3	3	2	3	3
Nível de Aplicação das Diretrizes	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2
Quantidade de Indicadores Utilizados	2	2	3	2	1	3	1	2	3	3	1	2
Verificação Externa	1	1	3	1	1	1	1	3	2	2	1	3
TOTAL	19	15	26	13	13	23	20	19	23	21	18	21

⁵ **LEGENDA:** A: AES; B: CELPE; C: CEMIG; D: COELBA; E: COSERN; F: CPFL; G: ELEKTRO; H: ELETROBRAS; I: ENDESA; J: LIGHT; K:REDE; L: TRACTEBEL

⁶ É importante ressaltar que alguns critérios são subjetivos. Além disso, muitos deles não atestam, separadamente, a qualidade do relatório. A sua combinação, no entanto, ajudou a separar os relatórios em diferentes grupos.

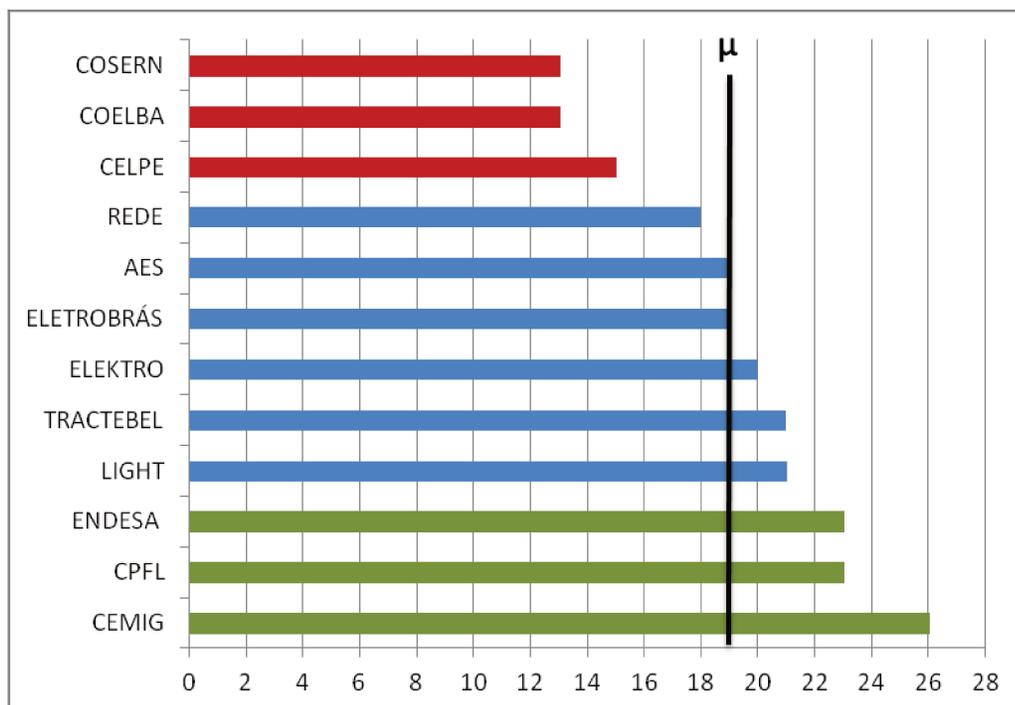


Figura 4.13 - Pontuação geral dos relatórios de sustentabilidade de cada empresa

O primeiro grupo é formado pelos relatórios de pior qualidade (barras vermelhas). O grupo intermediário constitui-se de relatórios medianos (barras azuis), enquanto o terceiro grupo é formado pelos relatórios melhor classificados (barras verdes).

Através desta avaliação, obteve-se que os relatórios considerados de melhor qualidade são os das empresas CEMIG, CPFL e ENDESA, enquanto os pior avaliados são os relatórios das empresas COSERN, COELBA e CELPE.

Verificou-se que os relatórios de sustentabilidade das empresas melhor classificadas apresentaram uma evidente preocupação com a qualidade do documento. São relatórios bem escritos, bem ilustrados e claros, que buscam utilizar a maioria dos indicadores GRI existentes. Apesar de ainda serem verificadas falhas nestes relatórios (como apresentação do indicador de maneira diferente da exigida pela GRI, pouca clareza na definição de sustentabilidade e omissão

de aspectos negativos da empresa), considerou-se que foram estas empresas as que melhor fizeram uso da estrutura GRI.

4.5 Conclusões do capítulo

A análise dos relatórios permitiu verificar que, apesar de todas as empresas utilizarem um mesmo guia para a elaboração do documento – as diretrizes da GRI – houve grande heterogeneidade entre as publicações.

Com relação à utilização das diretrizes, não se pôde observar, de uma maneira geral, um compromisso das empresas em seguir os princípios estabelecidos pela GRI, notando-se grande liberdade na elaboração do relatório de sustentabilidade. O fato de a GRI não exigir a verificação externa do relatório de sustentabilidade corrobora com esta prática. Acredita-se que o grande problema da falta de uniformidade e de verificação externa seja o prejuízo que isso causa à comparabilidade entre empresas. Se algumas companhias não estão utilizando as diretrizes GRI da maneira correta, fica comprometida a comparação destas com aquelas que buscam se adequar ao modelo.

O nível de aplicação das diretrizes, que deveria ser usado como referência para a comparação entre empresas, se torna, assim, um parâmetro não confiável. Isto porque uma empresa que se autoavaliou com nível “A” não possui, necessariamente, um relatório melhor que uma empresa que se autoavaliou com o nível “B”. Mesmo que a autoavaliação esteja correta, a classificação somente define a quantidade de indicadores utilizados no relatório e não a qualidade deste ou o compromisso da empresa com sustentabilidade. Acredita-se que, da maneira como é, o nível de aplicação das diretrizes sirva apenas como uma base para comparação interna, uma referência para a própria empresa ver como seus relatórios têm avançado ao longo dos anos. No

entanto, se utilizado de maneira tendenciosa, este nível de aplicação pode levar a uma falsa propaganda.

A diferenciação com o símbolo “+”, atribuído aos relatórios que passaram por verificação externa, é um ponto positivo da proposta da GRI, que, de alguma maneira, transfere às partes interessadas a tarefa de avaliar se estes relatórios merecem maior credibilidade.

As empresas que foram consideradas um exemplo de bom uso das diretrizes (CEMIG, CPFL e ENDESA) mostram que a GRI pode ser um modelo interessante para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, uma vez que ajuda a organizar e relatar, de maneira compreensível, as informações sobre o desempenho da empresa nas dimensões ambiental, social e econômica. No entanto, mesmo nessas empresas, observaram-se falhas na maneira como a GRI é utilizada, mostrando que ainda há muito que se avançar em se tratando do uso desta estrutura.

A quantidade de indicadores utilizados variou bastante entre as diferentes empresas. Verificou-se que há preferência por alguns indicadores GRI e que os indicadores mais utilizados são, em sua maioria, aqueles exigidos pela ANEEL no Manual para Elaboração do Relatório Socioambiental. Isto evidenciou a grande influência da ANEEL na determinação do conteúdo dos relatórios e mostrou que os indicadores GRI podem auxiliar as empresas no cumprimento de suas obrigações para com a agência reguladora, ao mesmo tempo em que permitem um relato de uma maneira mais ampla.

Apesar de apresentar muitos indicadores coincidentes com a GRI, o Manual da ANEEL possui alguns indicadores mais específicos para o setor elétrico brasileiro. Por outro lado, a GRI é um modelo mais bem estruturado para a criação de relatórios de sustentabilidade. Acredita-se que a combinação dos indicadores da GRI e da ANEEL, se bem feita, pode ser bastante positiva e simplificar o processo de relato da sustentabilidade pelas empresas de energia elétrica.

5 ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS

Este capítulo apresenta o resultado das entrevistas feitas com os responsáveis pela área de Sustentabilidade de três empresas que tiveram seus relatórios analisados nesta dissertação: ELETROBRÁS, CEMIG e CPFL. CEMIG e CPFL foram escolhidas por serem consideradas empresas que fazem bom uso da estrutura GRI⁷, enquanto a ELETROBRÁS foi entrevistada por se tratar de uma *holding* que possui empresas de realidades bastante diferentes. A Tabela 5.1 descreve o cargo dos entrevistados.

Tabela 5.1 - Perfil dos profissionais entrevistados

Empresa	Entrevistado	Cargo
Eletrobrás	Cristina Oliveira	Coordenadora Geral de Sustentabilidade
Cemig	Newton José Schmidt Prado	Gerente de Estudos e Manejo da Ictiofauna e Programas Especiais
	Adiéliton Galvão de Freitas	Vice-Presidente da Gerência de Responsabilidade Ambiental e Social
CPFL	Natália Takodoro	Gerência de Sustentabilidade

As entrevistas com Cristina Oliveira, da Eletrobrás, e com Newton José Schmidt Prado, da Cemig, foram conduzidas durante o “V Seminário Brasileiro de Meio Ambiente e Responsabilidade Social no Setor Elétrico”, realizado nos dias 27 a 29 de maio, em São Paulo – SP. A entrevista com Natália Takodoro, da CPFL, foi realizada por telefone, enquanto a entrevista com Adiéliton Galvão de Freitas foi feita a partir de um questionário enviado por e-mail.

Foi entrevistado, ainda, o jornalista Dal Marcondes, diretor do portal Envolverde, que se dedica a cobertura de temas relacionados ao meio ambiente, educação, desenvolvimento

⁷ O grupo NEOENERGIA, que serviria como um exemplo contrário, foi procurado, mas não foi possível o contato com os responsáveis pela área de sustentabilidade destas empresas.

sustentável e responsabilidade socioambiental empresarial. Foi enviado, por e-mail, um questionário que teve o objetivo de conhecer uma visão mais crítica a respeito dos relatórios de sustentabilidade.

5.1 Resultados das Entrevistas com as Empresas

As respostas destas empresas servem como uma amostra dos motivos que levam as empresas de energia elétrica a utilizarem o modelo GRI, o público a que esse relatório se destina, e ajudam a esclarecer a importância, para essas companhias, da publicação do relatório de sustentabilidade. Demonstram, ainda, como essas empresas entendem a questão da verificação externa e discutem sobre a possibilidade de o relatório da ANEEL ser substituído pelo modelo GRI.

5.1.1 Motivações da escolha do modelo GRI

Segundo Cristina Oliveira, da Eletrobras *holding*, o modelo GRI é escolhido por ser um modelo abrangente e completo, altamente aceito no Brasil e no mundo. O Relatório GRI funciona na Eletrobras como uma ferramenta de gestão, uma vez que ajuda a organizar a informação socioambiental da empresa. No caso da Eletrobras, esta organização é especialmente importante, uma vez que as empresas da *holding* pertencem a realidades muito distintas. A criação do relatório de sustentabilidade consolidado auxilia, desta maneira, no processo de compilação das informações e no consequente alinhamento das estratégias socioambientais das diferentes empresas.

Segundo Newton José Schmidt Prado, da Cemig, o processo de criação do relatório GRI leva a uma cultura de sustentabilidade dentro da empresa, uma vez que há um envolvimento na preparação destes indicadores e na tentativa de se obter resultados cada vez melhores. A Superintendência de Sustentabilidade tem a função de sistematizar os dados das mais diversas áreas dentro da empresa e o relatório GRI ajuda nesta compilação.

Segundo Adiéilton Freitas, a Cemig considera, ainda, que a utilização das diretrizes da GRI permite aos *stakeholders* a comparação das ações da empresa com ações de outras empresas ao redor do mundo. Além disso, os indicadores são utilizados, na Cemig, para medir, de forma dinâmica, a gestão interna de questões ambientais, sociais e econômicas.

Segundo Natália Tadokoro, da CPFL, o principal motivo da escolha do modelo GRI é o fato de ser um modelo internacional, bastante reconhecido. Ela ainda ressalta que o modelo é interessante, pois ajuda a organizar as informações da empresa e a orientar a maneira de relatá-las.

5.1.2 Público a que se destina o Relatório de Sustentabilidade

Segundo Cristina Oliveira, o Relatório de Sustentabilidade é destinado ao público como um todo. Os principais grupos que fazem uso deste documento são os acionistas e a sociedade civil organizada. Após a publicação do relatório, há um retorno significativo do público, que busca esclarecimentos, principalmente a respeito da diferença de desempenho entre as empresas do grupo.

Segundo Newton Prado, apesar de diferentes públicos estarem interessados na sustentabilidade da empresa, o principal público a fazer uso do relatório de sustentabilidade são os investidores. De acordo com o gerente da Cemig, tem sido cada vez maior o número de ativos

aplicados em empresas que adotam medidas de responsabilidade socioambiental, pois os investidores têm interesse em empresas que sejam sustentáveis no longo prazo. Uma empresa com impactos negativos perde seu valor.

Segundo Adiéliton, fazem parte do público-alvo do relatório de sustentabilidade, os empregados, os fornecedores, as comunidades, as universidades, as ONGs, os grandes clientes, os consumidores e acionistas.

Para Natália, o principal público a fazer uso destes relatórios são os índices de performance em sustentabilidade, como o DJSI e o ISE. Mas, anualmente, é realizado o painel de *stakeholders* da CPFL, onde uma consultoria especializada e neutra é contratada para ouvir fornecedores, acionistas e demais interessados na empresa. Nestas oficinas presenciais, são definidos os temas materiais ao relatório, a partir das demandas das partes interessadas. Depois de pronto, uma assessoria garante a ampla divulgação deste documento. No caso da CPFL, ainda existe um blog, onde a comunicação com as partes interessadas é incentivada.

5.1.3 Importância do Relatório de Sustentabilidade para a empresa

Para a Eletrobrás, o relatório de sustentabilidade é importante na medida em que permite a transparência das ações da empresa e cria um canal de comunicação com as partes interessadas. Além do relatório, a empresa disponibiliza um blog, que também funciona como uma ferramenta de comunicação.

Segundo Newton, o relatório de sustentabilidade ajuda a criar uma transparência interna e externa. Este documento ajuda a avaliar como o mercado enxerga a empresa. Segundo ele, se uma empresa quer crescer, é necessária transparência, que garante credibilidade à empresa. O relatório

também permite comparar o desempenho de diferentes empresas. Além disso, ajudam a responder à seguinte pergunta: “Onde estamos? Quão perto estamos de onde queremos chegar?”.

Além do cuidado à reputação da marca da empresa e do aumento da confiança pelas partes interessadas, Adiéilton destaca que o Relatório Anual e de Sustentabilidade é concebido para ser utilizado pela Cemig como uma ferramenta de gestão interna, pois permite medir, de maneira dinâmica, a evolução da empresa em relação a seus objetivos, constatar e corrigir erros de direcionamento ou de estratégia, e definir e quantificar o esforço da empresa na busca da sustentabilidade ao longo do tempo. Ele ressalta, ainda, que o relatório de sustentabilidade é a maior fonte de informações públicas em relação à empresa.

Para Natália, a garantia de transparência é o que torna os relatórios de sustentabilidade tão importantes para a empresa.

5.1.4 Uso dos indicadores GRI

Segundo Cristina Oliveira, os indicadores GRI são utilizados como um guia para a avaliação do desempenho ambiental, social e econômico da empresa. Estes indicadores são constantemente monitorados e o que se busca é uma melhoria contínua do resultado destes.

Segundo o Newton, alguns indicadores são estratégicos para a empresa e são constantemente monitorados. Adiéilton afirma que os indicadores da GRI são utilizados no planejamento e no estabelecimento de diretrizes da Cemig, mas não necessariamente no estabelecimento de metas.

5.1.5 Verificação externa e índices de sustentabilidade

A verificação externa do relatório é considerada, segundo Cristina Oliveira, como um diferencial, uma vez que torna o relatório mais confiável que aqueles que não passaram por este processo. A verificação externa também ajuda a empresa a ser mais bem pontuada em índices de sustentabilidade, como o ISE e o DJSI. Estes índices, segundo Cristina, são importantíssimos, uma vez que funcionam como fomentadores de práticas em sustentabilidade. Isto porque seus questionários estão em constante aprimoramento e se tornam mais exigentes a cada ano.

Para Adiéilton, a verificação externa por terceiros é importante para a integridade e a credibilidade do relatório como um todo perante os *stakeholders*. Ainda, é um instrumento de melhoria contínua do relatório uma vez que identifica importantes oportunidades de melhoria. Ele ainda ressalta que a verificação externa é um elemento motivador para as pessoas que prestam informações para o relatório. As pessoas sentem motivadas e percebem a importância de seu trabalho quando receber a visita de um auditor.

Segundo Newton, participar de índices de sustentabilidade agrega valor à empresa. No entanto, estes índices têm sido cada vez mais exigentes, o que leva a um esforço maior das empresas para mantê-los. Atender a estes índices já faz parte da cultura da empresa. Desta forma, é constante a preocupação com a melhora do desempenho, para que o resultado a ser apresentado seja positivo.

Para Natália, a verificação externa é fundamental para garantir a confiabilidade do relatório e proporcionar, desta forma, maior transparência. Segundo ela, no último relatório da CPFL, não foi realizada a verificação externa por uma questão orçamentária. A ausência desta verificação, no entanto, foi bastante negativa para a empresa, por poder prejudicar a entrada da CPFL no DJSI.

5.1.6 Uso unificado GRI e Relatório Socioambiental da ANEEL

Em comunicação pessoal, Leny Medeiros, consultora da ABRADÉE, afirmou que a ANEEL permite a entrega do Relatório Socioambiental no modelo GRI, mas alguns indicadores que a ANEEL exige não estão presentes nas diretrizes GRI e devem ser entregues na forma de anexo. Cristina Oliveira, no entanto, afirmou desconhecer essa possibilidade e disse que a ELETROBRÁS não conseguiu entregar o relatório no modelo GRI⁸.

Segundo Natália, no caso da CPFL seria muito trabalhoso que a ANEEL exigisse a entrega do Relatório Socioambiental no modelo GRI. Isto porque a CPFL é uma *holding* e o relatório GRI é feito de maneira unificada. Já o Relatório Socioambiental da ANEEL precisa ser entregue por cada uma das empresas do grupo. Fazer cada relatório no modelo GRI seria complicado, por ser o processo de elaboração deste relatório bastante complexo e demorado.

Já Adieliton afirmou que, como o modelo GRI é reconhecido internacionalmente e possui um suplemento setorial para energia elétrica, seria interessante que as empresas utilizassem essa metodologia na prestação de contas à ANEEL. Segundo o profissional da CEMIG, isso reduziria o tempo gasto pela empresa na produção do documento e alinharia a divulgação da sustentabilidade às diretrizes internacionais.

Em todas as empresas, os responsáveis pelo relatório GRI e da ANEEL pertenciam a setores separados, e, na maioria das vezes, os responsáveis pelo relatório GRI não souberam opinar a respeito da unificação dos dois relatórios.

⁸ A ANEEL foi procurada para esclarecer esta questão, mas não se obteve resposta.

5.2 Entrevista com o jornalista Dal Marcondes

Segundo o jornalista Dal Marcondes, a principal contribuição do modelo GRI ao relato da sustentabilidade empresarial é a comparabilidade entre relatórios. Com o estabelecimento do GRI como um padrão aceito quase que universalmente, as empresas podem ter um quadro comparativo de seu desempenho socioambiental, da mesma forma que ocorre em relação ao desempenho financeiro.

Segundo o jornalista, o modelo GRI tornou-se um padrão do mercado, ao menos no Brasil. Isso faz com que as empresas tenham preferência por esse modelo. Marcondes acredita que os *stakeholders* mais bem informados também preferam esse modelo de relato justamente por sua comparabilidade entre as empresas.

Sobre o uso efetivo dos indicadores GRI no dia a dia da empresa, Dal Marcondes afirmou que, apesar de ser este o objetivo do GRI, muitas empresas ainda não se apropriaram dos dados dos relatórios em seus processos de gestão. Segundo o jornalista, a tendência é que isso aconteça em um futuro próximo.

Em relação ao fato de as diretrizes serem disponibilizadas para qualquer organização e não exigirem verificação externa, o jornalista argumentou que isso pode ser um aspecto positivo, na medida em que atrai um grande número de empresas para sua utilização. No entanto, o problema se encontra na deturpação das informações publicadas, uma vez que as empresas sabem que é um relato autodeclaratório. Isso, segundo Marcondes, faz com que os relatórios percam uma boa parte de sua utilidade para a sociedade e para os *stakeholders*.

O jornalista destacou, no entanto, que o público tem se tornado mais exigente em relação ao que as empresas relatam e que essa é uma tendência que deve ficar cada vez mais forte. Ao mesmo tempo em que a cobrança é crescente por parte dos *stakeholders*, algumas empresas têm demonstrado o desejo de relatar com maior transparência.

Para que os relatórios não sejam restritos a estratégias de marketing, o jornalista sugere a existência de compromisso de verificação por organizações independentes, para que se possa garantir maior transparência aos relatórios.

5.3 Conclusões do capítulo

As entrevistas com profissionais da área de sustentabilidade ajudaram a entender o porquê da escolha do modelo GRI pelas empresas de energia elétrica no Brasil. O principal motivador parece ser o fato de o modelo ser reconhecido internacionalmente. As empresas também destacaram o importante papel das diretrizes GRI na compilação e organização das informações econômicas, ambientais e sociais da companhia. O fato de a GRI possuir indicadores exclusivos para o setor elétrico também parece tornar este modelo adequado às companhias de eletricidade.

No entanto, os indicadores GRI, apesar de ajudarem na compilação das informações, parecem não ser utilizados de maneira efetiva pelas empresas. Destacou-se que eles são usados para o acompanhamento do desempenho, mas ainda não se pode observar o estabelecimento de metas de performance para um determinado indicador. Esta também é a visão do jornalista Dal Marcondes, quando afirmou que as empresas ainda não se apropriam dessas informações em seus processos de gestão.

Com relação à unificação do relatório GRI ao Relatório Socioambiental da ANEEL, as opiniões pareceram divergir. Observou-se que a ANEEL não deixa claro para as empresas se o Relatório Socioambiental pode ser feito no modelo GRI e, enquanto algumas empresas alegaram que seria bastante trabalhoso, outras defenderam que essa unificação seria positiva. Assim, pode-se dizer que uma unificação entre os modelos da GRI e da ANEEL pode não ser simples à primeira vista, mas, se bem planejada, pode ser interessante.

Foi possível, ainda, observar grande preocupação das empresas com a imagem que transmitem a seus diversos públicos de interesse e, por isso, o relatório de sustentabilidade é destacado como um importante canal de comunicação. Observaram-se indícios de que este público está cada vez mais exigente, o que tem incentivado as empresas a produzir relatórios mais transparentes e confiáveis.

Um público de interesse bastante relevante são os índices de desempenho em sustentabilidade, como o DJSI e o ISE. Fazer parte de índices de sustentabilidade foi visto como algo bastante estratégico para as empresas e o papel desses na garantia de um relato mais bem feito pelas companhias é fundamental. Isso porque, ano a ano, os índices ficam mais exigentes, o que demanda um esforço maior das empresas para entrar no índice ou se manterem nele. Produzir relatórios confiáveis e que foram submetidos à verificação externa é uma das exigências destacadas. Isso porque essa verificação é fundamental para garantir a veracidade das informações relatadas. As empresas entrevistadas também reconhecem a importância da verificação por terceiros, destacando motivações internas e externas.

Assim, apesar de os relatórios serem, muitas vezes, utilizados como estratégias de marketing, observa-se uma tendência de maior cobrança por parte dos *stakeholders* (incluindo os índices de sustentabilidade) de um relato mais transparente e de ações mais concretas.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

Até poucos anos atrás, as corporações utilizavam apenas indicadores financeiros para avaliar o seu desempenho. Hoje, devido à demanda de diferentes grupos, os relatórios de sustentabilidade emergem como uma nova tendência no meio corporativo, integrando em um único relatório elementos econômicos, ambientais e sociais da companhia (KRAJNC, 2005). Em um momento em que antigos paradigmas econômicos são cotidianamente contestados, conhecer as empresas de fato, o que pensam e como enfrentam seus dilemas torna-se fundamental para a criação de um mercado mais equilibrado e eticamente sustentável (MARCONDES, 2012).

É interessante que companhias comprometidas com as questões socioambientais façam sempre uso de indicadores em seus relatórios de sustentabilidade. Como afirma Meadows (1998), os indicadores estão situados no centro da tomada de decisões, por evidenciarem a disparidade entre o estado percebido e o estado desejado de uma determinada questão. Serão, pois, os indicadores os responsáveis por relatar em qual estado se encontra a empresa e o quão distante ela está do que se considera uma condição sustentável. Os indicadores podem servir, desta forma, como uma ferramenta de mudança e aprendizado, na medida em que apontam o que deve ser modificado e o que tem ocorrido de favorável. Para que este processo seja positivo, a escolha de bons indicadores é fundamental.

No caso das empresas, bons indicadores são aqueles capazes de mostrar se as atividades da companhia estão ocorrendo dentro dos limites impostos pelo meio no qual ela está inserida, respeitando os recursos naturais e auxiliando na melhoria de vida da população. O acompanhamento dos indicadores ao longo dos anos é de fundamental importância para mostrar como tem sido a evolução neste sentido e se a atividade da empresa continua sustentável.

Segundo Hammond (1995), para que a comunicação seja aprimorada, indicadores devem fornecer informações em uma maneira simples e de fácil entendimento. As informações científicas complexas devem ser apresentadas de forma que se tornem compreensíveis aos mais diversos públicos. É neste sentido que a *Global Reporting Initiative* (GRI) tenta criar um modelo para a confecção de relatórios de sustentabilidade que seja de fácil entendimento pelas partes interessadas das corporações, que incluem um público bastante variável, como sociedade, investidores e funcionários.

Além de padronizar o relatório de sustentabilidade, facilitando o processo de criação, um dos principais méritos da GRI é provocar a discussão sobre a sustentabilidade no ambiente interno das organizações. Isto porque a GRI coloca o relatório de sustentabilidade no mesmo nível de rigor, comparabilidade e credibilidade que os relatórios financeiros. Esta discussão, aliada ao entusiasmo por constante melhoria no desempenho interno, pode levar a mudanças importantes na maneira como são realizadas as atividades da empresa.

O modelo GRI é amplamente utilizado pelas empresas brasileiras de energia elétrica, que se destacam na divulgação de investimentos socioambientais. Estas empresas, por serem fornecedoras de um serviço indispensável à população e, ao mesmo tempo, causadoras de grandes impactos ambientais e sociais, são alvo de constante cobrança da sociedade. Além disso, é importante ressaltar que as empresas do setor elétrico brasileiro são altamente dependentes das condições ambientais. A perenidade de suas atividades está, assim, estreitamente ligada à manutenção desses recursos, o que justifica o fato de a sustentabilidade ser uma preocupação constante destas companhias.

A estrutura GRI pode ser um modelo interessante para o relato da sustentabilidade das empresas de energia elétrica. Isto porque é regida por princípios que visam assegurar o conteúdo e a qualidade da informação relatada e possuem uma preocupação legítima com a sustentabilidade corporativa. Além disso, possuem um suplemento para o setor elétrico, que conta com trinta novos indicadores, além de comentários específicos para o setor. Por se tratar de uma organização

reconhecida internacionalmente e que está em constante evolução, a GRI pode estimular as empresas a aprimorarem cada vez mais a sua utilização, de forma a se adequarem a padrões internacionais. As empresas entrevistadas neste estudo reconheceram a importância do GRI como um modelo internacional bem aceito, que ajuda na compilação das informações socioambientais.

No entanto, por estar disponível para o uso de qualquer organização e por não exigir verificação externa, a GRI acaba por permitir grande liberdade na criação do relatório. Esta é a principal falha da estrutura GRI, que permite às empresas selecionarem quais informações serão relatadas, possibilitando a omissão de resultados negativos. Essa liberdade talvez explique o fato de o uso da estrutura GRI ser tão heterogêneo entre as empresas. Observou-se que a qualidade das publicações foi variável, bem como o número de indicadores utilizados em cada relatório. De uma maneira geral, não se observou a preocupação das empresas em seguirem os princípios da GRI quando da elaboração do relatório. Esta má utilização das diretrizes pelas empresas de energia elétrica brasileira prejudica a comparabilidade entre relatórios e somente é possível graças à falta de verificação por parte da GRI.

A verificação por terceiros, no entanto, tem sido cada vez mais valorizada e requisitada, tanto pelos índices de sustentabilidade, quanto pelos grupos de *stakeholders* mais exigentes, como relataram as empresas durante as entrevistas. Esta verificação externa, se feita por instituições sérias, poderia compensar a liberdade proporcionada pela estrutura GRI.

Apesar de se ter observado diferença na qualidade e quantidade de indicadores escolhidos pelas empresas, observou-se uma tendência de utilização dos indicadores GRI que possuíam um equivalente no Manual da ANEEL, o que demonstrou a grande influência da agência reguladora no conteúdo do relatório. Por este motivo, acredita-se que a ANEEL possa desempenhar um papel fundamental na determinação de um padrão de qualidade para os relatórios de sustentabilidade dessas empresas.

Como a publicação do relatório socioambiental no Brasil é uma exigência da ANEEL, não se pode afirmar que a prática de publicar relatórios de sustentabilidade é uma iniciativa voluntária

no setor elétrico brasileiro. No entanto, a busca por maior qualidade dos relatórios, associada à decisão de escolher um modelo mais completo que o exigido pela agência reguladora, mostra que há outros interesses das companhias em relatar seus desempenhos ambientais e sociais.

Deve-se, contudo, ficar atento à maneira como são utilizados os relatórios de sustentabilidade. Como afirma Marcondes (2012), os relatos empresariais deveriam oferecer aos leitores uma visão da complexidade da gestão e de seus dilemas, o que pensam os executivos e como é a percepção, de fato, que os seus principais públicos têm da corporação. O ideal, segundo o jornalista, seria que as empresas se oferecessem para uma reportagem, algo mais próximo do jornalismo do que do marketing, o que daria maior credibilidade às informações publicadas.

A GRI é uma estrutura rica, interessante, que muito tem a contribuir para a transparência das empresas para com o seu público de interesse. Além disso, mostra-se um modelo adequado para o relato da sustentabilidade no setor elétrico brasileiro. Contudo, se não for garantido o seu bom uso e a veracidade das informações relatadas, poderá se tornar apenas mais um elemento de marketing, que ajudará a transmitir à sociedade a falsa imagem de uma empresa preocupada com as questões socioambientais.

6.2 Recomendações

O modelo GRI, apesar de bastante amplo, não abrange todos os indicadores exigidos pela ANEEL no “Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”. Apesar disso, a ANEEL sugere às empresas o uso das diretrizes GRI, que possuem indicadores não citados pelo Manual e possuem uma abordagem mais ampla. No entanto, o que se observa hoje é que as empresas produzem dois relatórios distintos: o Relatório de Sustentabilidade no modelo GRI, que é destinado à maioria das partes interessadas; e o Relatório Socioambiental, que é mandatário e deve ser entregue anualmente à ANEEL. Não

fica claro, mesmo para algumas empresas, se o relatório enviado à ANEEL pode ser feito no modelo GRI.

Sugere-se, assim, que a ANEEL reveja o seu Manual e adapte o seu modelo de relatório socioambiental à estrutura GRI, adicionando, na forma de anexo, os indicadores mais específicos. Isso incentivaria todas as empresas de energia elétrica brasileiras a utilizar um padrão reconhecido internacionalmente, o que poderia levar à busca por melhorias no desempenho socioambiental do setor.

No entanto, para que os relatórios de sustentabilidade possam ser documentos confiáveis e úteis, seria interessante a conferência, pela ANEEL, do conteúdo dos relatórios. Alguns dos entrevistados demonstraram acreditar que nada é feito com os relatórios entregues à agência reguladora, o que acaba por tornar este instrumento ineficaz. Assim, seria interessante que a ANEEL incentivasse as empresas a utilizarem os indicadores de sustentabilidade de forma mais efetiva, estabelecendo metas e padrões de referência e monitorando sua evolução ao longo dos anos. A verificação externa poderia, também, ser exigida pela agência reguladora, como forma de garantir a veracidade dos dados apresentados.

Referências Bibliográficas

ACCOUNTABILITY. Disponível em <http://www.accountability.org/>, acessado em 27 de fevereiro de 2012.

ANEEL, “Atlas de Energia Elétrica do Brasil”, 3ª edição, Brasília, 2008.

ANEEL, “Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica” (2006), disponível em http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=212

BALANÇO SOCIAL. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/>, acessado em 27 de fevereiro de 2012.

BELL, S.; MORSE, S. 2008, Sustainability indicators: Measuring the Immeasurable?, Earthscan.

BOSSEL, H., 1999, Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications: A report to the Balaton Group. Winnipeg: IISD.

BRAGA, C. et. al. Fatores Determinantes no Nível de Divulgação Ambiental no Setor de Energia Elétrica no Brasil, **Advances in Scientific and Applied Accounting** v.4, n.2, p. 230-262, 2011.

CALIXTO, L. Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada? **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v.19, n.3, p.123-147, 2008.

CAMARGO, A.L.B. Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios. 2ª ed. Campinas, SP, 2003,

CARTWRIGHT, L.E., Selecting local sustainable development indicators: does consensus exist in their choice and purpose? **Planning practice and research**, v.15, n.1, p.65-78, 2000.

COWAN et. Al. A cross-sectional analysis of reported corporative environmental sustainability practices. **Regulatory Toxicology and Pharmacology**, v. 58, p. 524-538, 2010.

DIXON, R., MOUSA, G. A., WOODHEAD, A. The Role of Environmental Initiatives in Encouraging Companies to Engage in Environmental Reporting. **European Management Journal**, v.23, n6: p. 702-716, 2005.

DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES. Disponível em <http://www.sustainability-indexes.com/>, acessado em 24 de junho de 2012.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – Balanço Energético Nacional 2011: Ano base 2010. Rio de Janeiro, 2011.

ETHOS – INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL. Disponível em http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp, acessado em 24 de junho de 2012.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). Sustainability reporting guidelines. Boston, 2002

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). Disponível em <http://www.globalreporting.org/>, acessado em 2011.

GRASBOIS, D. Corporate social responsibility reporting by the global hotel industry: Commitment, initiatives and performance. **International Journal of Hospitality Management**, v. 31, p. 896-905, 2012.

GUIMARÃES, R. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas. In: BECKER, K. B., MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, p. 13-46, 1997.

GUTHRIE, J., FARNETI, F. GRI sustainability reporting by Australian public sector organizations. **Public Money and Management**, v.28, n.6, p. 361–366, 2008

HAMMOND, A. et al. Environmental Indicators: A Systematic Approach to Measuring & Reporting on Environmental Policy Performance in the Context of Sustainable Development (Washington, DC, World Resources Institute), 1995.

HEDBERG, C. and MALMBORG, F., The Global Reporting Initiative and Corporate Sustainability Reporting in Swedish Companies, **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v.10, p. 153-164, 2003.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em <http://www.ibase.br/>, acessado em 24 de junho de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades, v. 4, Editora Peirópolis, 2005.

ISE - ÍNDICE BOVESPA DE SUSTENTABILIDADE. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Opcao=0&idioma=pt-br>, acessado em 27 de fevereiro de 2012

KRAJNC, D., GLAVIC, P. A model for integrated assessment of sustainable development, **Resources, Conservation and Recycling**, v.43, p. 189-208, 2005.

LAMBERTON, G. Sustainability accounting—a brief history and conceptual framework. **Accounting Forum**, v.29, p.7–26, 2005.

LYNES, J. K., ANDRACHUK, M. Motivations for corporate social and environmental responsibility: A case study of Scandinavian Airlines, **Journal of International Management**, v. 14, p. 377-390, 2008.

MARCONDES, D. Relatórios de Insustentabilidade, 2012. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/relatorios-de-insustentabilidade/>

MARRECO, J. M., CAPIO, L. G. T, Flexibility valuation in the Brazilian power system: A real options approach. **Energy Policy**, v.34, p.3749-3756, 2006.

MEADOWS, D. Indicators and Information Systems for Sustainable Development, The Sustainable Institute, 1998.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – Agenda 21 Global: Documento na íntegra – Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>, acessado em 15 de março de 2011.

MOLDAN, B., JANOUŠKOVÁ, S. & HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. **Ecological Indicators**, p. 1-10, 2011.

MONEVA, J. M., ARCHEL, P., CORREA, C. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. **Accounting Forum**, v.30, p. 121-137, 2006.

OBJETIVOS DO MILÊNIO. Disponível em <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>, acessado em 27 de fevereiro de 2012.

PEREIRA, M. G., FREITAS, M. A.V., DA SILVA, N. F. Rural electrification and energy poverty: Empirical evidences from Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**. V.14, n.4, p. 1229–1240, 2010.

PRESCOTT-ALLEN, The Wellbeing of Nations: a country-by-country index of quality of life and the environment. Washington: Island Press, 2011.

RAMETSTEINER, E. et al. Sustainability indicator development–Science or political negotiation? **Ecological Indicators**, v.11, n1, p.61–70, 2011.

SACHS, I. Reseña de “Desenvolvimento Sustentável – Desafio do Século XXI”, de José Eli da Veiga. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 214-215, 2004.

SIENA, O., COSTA, G.B., OLIVEIRA, O.F. Desenvolvimento Sustentável: discussão conceitual. 2º Seminário de Sustentabilidade, Curitiba, 2007.

SCHROEDER, J. T., SCHROEDER, I. Responsabilidade Social Corporativa: Limites e Possibilidades, v. 3, n. 1, **RAE-eletrônica**, 2004.

SKOULODIS, A., EVANGELINOS, K., KOURMOUSIS, F. Assessing non-financial reports according to the Global Reporting Initiative guidelines: evidence from Greece, **Journal of Cleaner Production**, v.18, p. 426-438, 2010.

SUSTAINABILITY INDEX. Disponível em <http://www.sustainability-index.com/>, acessado em 27 de fevereiro de 2012.

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM – Annual Report, 2002.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. Disponível em <http://www.unglobalcompact.org/>, acessado em 20 de junho de 2012.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação, **Ambiente e Sociedade**, v.7, n.1, p. 67-87, 2004.

VAN BELLEN, H. M, Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa, Editora FGV, Rio de Janeiro-RJ, 2005.

WCED. Our Common Future. World Commission on Environment and Development, Oxford University Press, Oxford, 1987.

YONGVANICH, K., GUTHRIE, J., An extended performance reporting framework for social and environmental accounting. **Journal of Business Strategy and the Environment**, v.15, n.5, p. 309–321, 2006.

APÊNDICE A – Comparação entre Indicadores GRI e ANEEL

GRI	ANEEL	Indicador correspondente
Econômicos		
EC1	x	Demonstração de valor adicionado
EC2		
EC3		
EC4		
EC5	x	Divisão da menor remuneração da empresa pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus)
EC6		
EC7		
EC8		
EC9		
Ambientais		
EN1		
EN2	x	Percentual do material de consumo reutilizado (matérias-primas, equipamentos, fios e cabos elétricos).
EN3	x	Consumo total de energia por fonte.
EN4		
EN5		
EN6	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações ⁹
EN7	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EN8	x	Consumo total de água por fonte (em m ³)
EN9		
EN10		
EN11		
EN12	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EN13	x	Área preservada e/ou recuperada por manejo sustentável de vegetação sob as linhas de transmissão e distribuição (em ha).
EN14	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EN15		

⁹ Algumas exigências do Manual da ANEEL não estão na tabela de indicadores, mas são exigidos ao longo do texto, de maneira subjetiva.

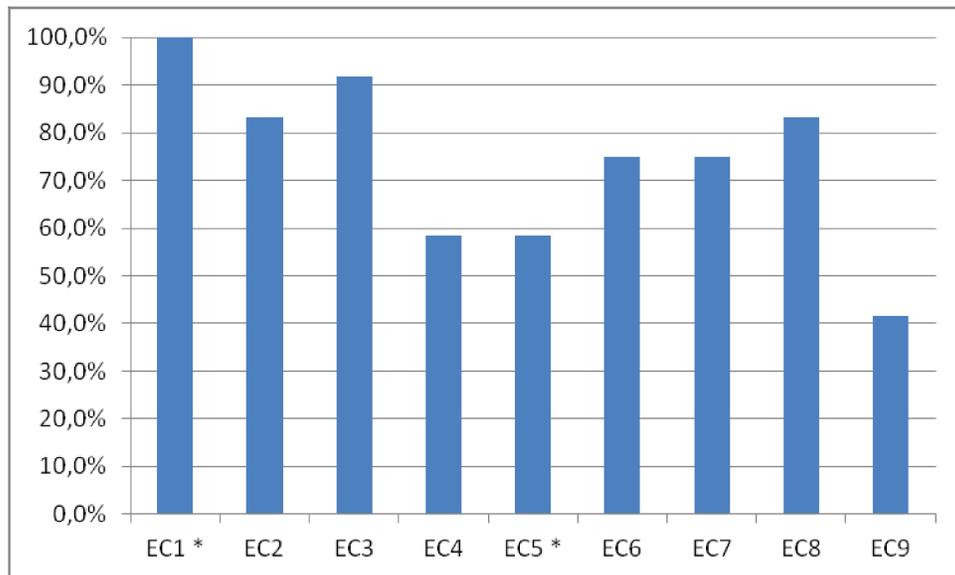
EN16	x	Volume anual de gases do efeito estufa (CO2, CH4, N2O, HFC, PFC, SF6), emitidos na atmosfera (em toneladas de CO2 equivalentes).
EN17		
EN18	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EN19	x	Volume anual de emissões destruidoras de ozônio (em toneladas de CFC equivalentes).
EN20	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EN21	x	Volume total de efluentes, Volume total de efluentes com tratamento, Percentual de efluentes tratados (%)
EN22	x	Quantidade anual (em toneladas) de resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho etc.).
EN23	x	Vazamento de óleo
EN24	x	Manejo de resíduos perigosos
EN25		
EN26	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EN27		
EN28	x	Valor incorrido em autuações e/ou multas por violação de normas ambientais. (R\$ Mil)
EN29		
EN30	x	Gastos com gerenciamento do impacto ambiental (arborização, manejo sustentável, com equipamentos e redes protegidas). (R\$ Mil)
Práticas Trabalhistas		
LA1	x	Número total de empregados
LA2	x	Número de empregados ao final do período, Número de admissões durante o período
LA3	x	Remuneração, benefícios e carreira
LA4		
LA5		
LA6		
LA7	x	Número total de acidentes de trabalho com empregados, terceirizados, contratados
LA8	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
LA9		
LA10	x	Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano
LA11	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
LA12		
LA13		
LA14		
Direitos Humanos		
HR1		
HR2	x	Fornecedores inspecionados pela empresa/total de fornecedores (%)

HR3		
HR4		
HR5		
HR6	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
HR7	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
HR8		
HR9		
Sociedade		
SO1	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
SO2		
SO3		
SO4	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
SO5	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
SO6		
SO7		
SO8		
Responsabilidade pelo produto		
PR1		
PR2		
PR3		
PR4		
PR5	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
PR6		
PR7		
PR8		
PR9		
Suplemento Setor Elétrico		
EU1	x	Capacidade Instalada (MVA)
EU2		
EU3	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EU4	x	Linhas de Transmissão (em km)
EU5		
EU6	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EU7		
EU8	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EU9		
EU10		

EU11		
EU12	x	Perdas Elétricas Globais (GWh)
EU13		
EU14		
EU15	x	Número de beneficiados pelo programa de preparação para aposentadoria
EU16	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EU17		
EU18	x	descrição dos procedimentos de exigência na saúde, segurança, capacitação, benefícios e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados
EU19		
EU20	x	Presente, de forma subjetiva, nas recomendações
EU21		
EU22		
EU23	x	Número de melhorias implementadas com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais seguros.
EU24		
EU25	x	Taxa de Gravidade (TG) de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede concessionária.
EU26		
EU27		
EU28	x	FEC
EU29	x	DEC
EU30		

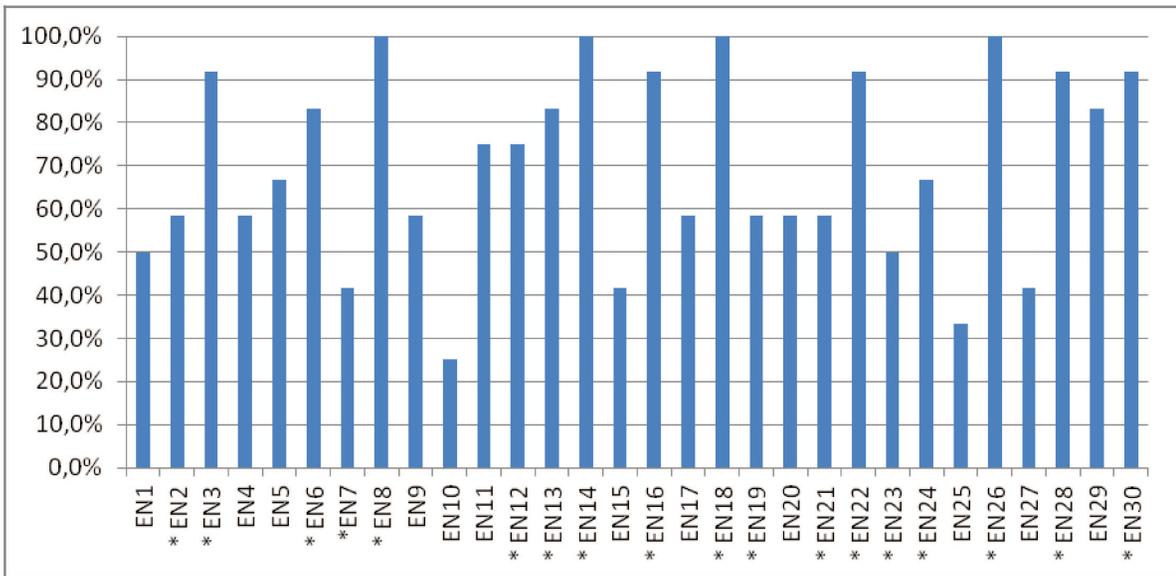
APÊNDICE B – Nível de Utilização de cada indicador GRI ¹⁰

Indicadores Econômicos (EC)

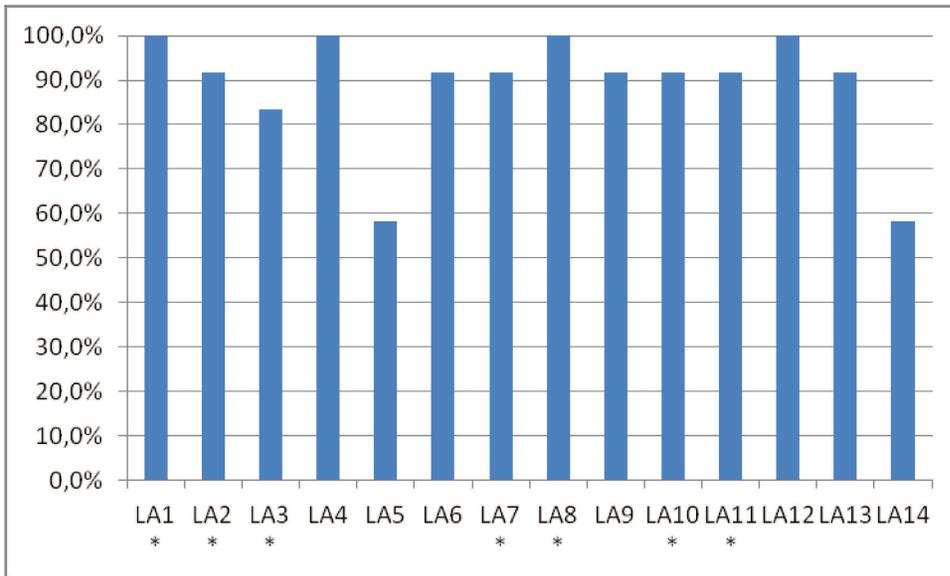


¹⁰ Os indicadores marcados com um asterisco (*) possuem um indicador correspondente no Manual da ANEEL. É interessante observar que a maior parte dos indicadores que possuem um correspondente no Manual da ANEEL possuem um alto nível de utilização.

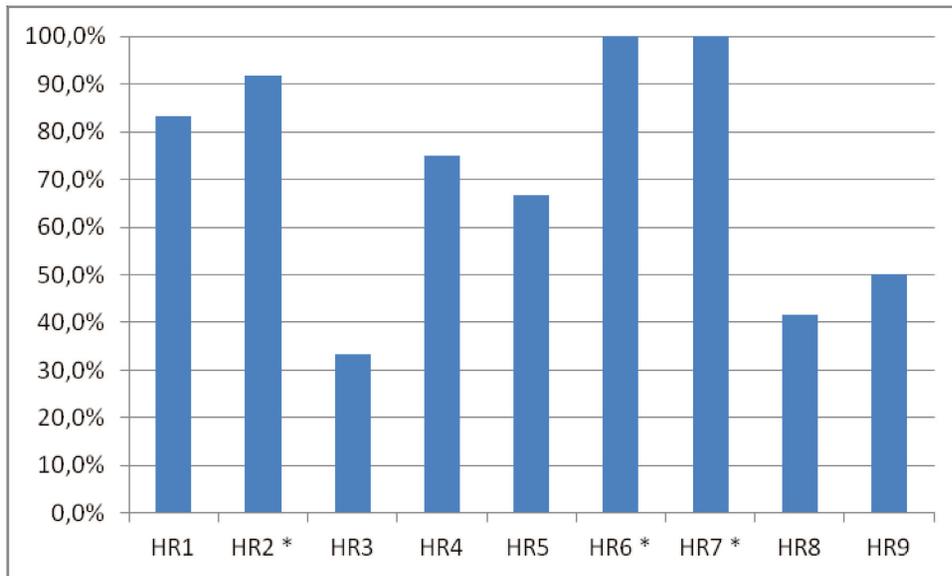
Indicadores Ambientais (EN)



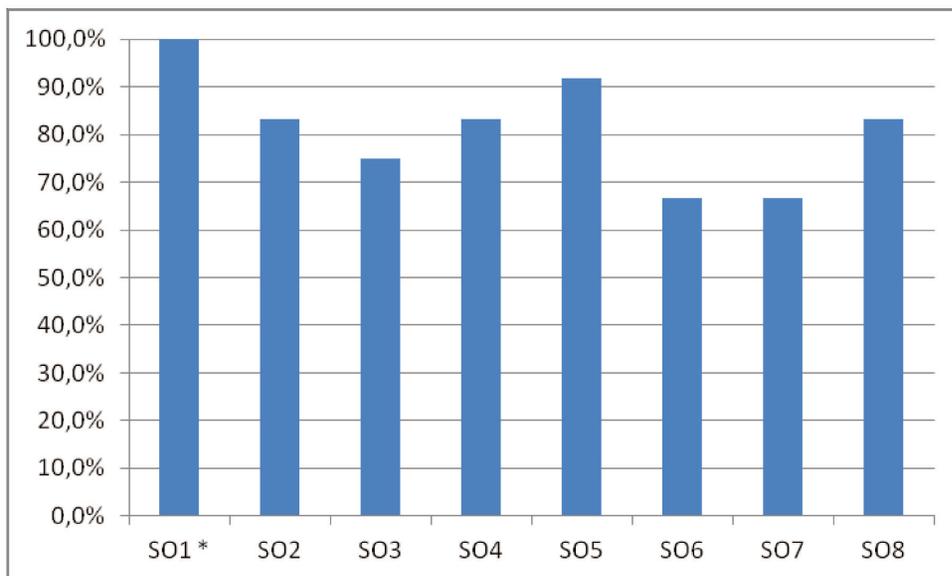
Indicadores Sociais – Práticas Trabalhistas (LA)



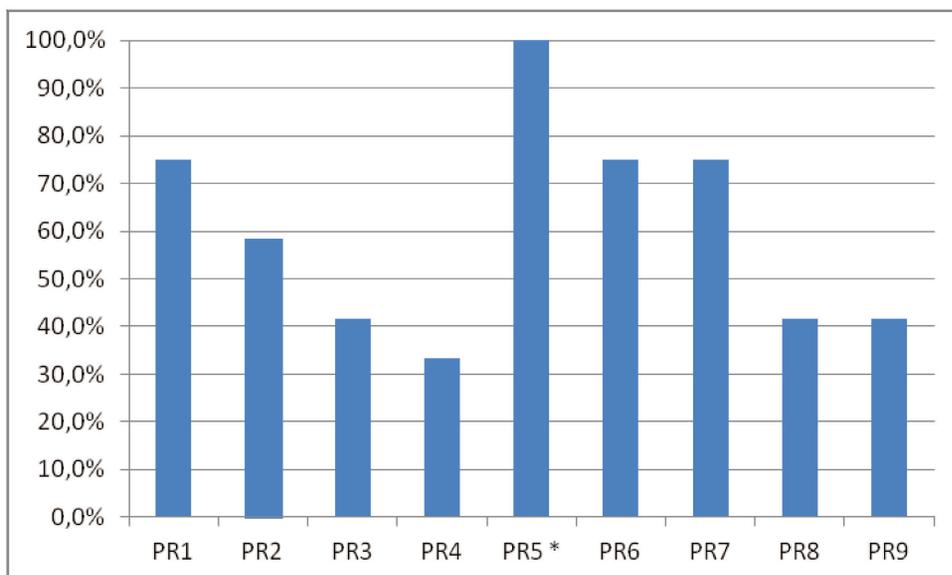
Indicadores Sociais – Direitos Humanos (HR)



Indicadores Sociais – Sociedade (SO)



Indicadores Sociais – Responsabilidade pelo Produto (PR)



Indicadores do Suplemento do Setor Elétrico (EU)

